Surge uma frente em defesa do meio ambiente

Durante vários anos, apenas vozes solitárias se manifestavam denunciando a deterioração do meio ambiente e o processo de devastação da Natureza, no Brasil. Mas, agora, vários setores — paisagistas e arquitetos, através do IAB, cientistas, economistas e engenheiros — começam a analisar o problema mais detidamente, alertando as autoridades para a questão ecológica. Reportagem nas páginas 3 a 6.

Arquitetos participam da secretaria executiva da CNPU

Jorge Francisconi, arquiteto gaúcho, será o secretário executivo da CNPU, coordenando uma equipe interdisciplinar que conta com mais dois arquitetos. Reunindo-se em Vitória, ES, o IAB analisou aspectos da criação da CNPU e as perspectivas de participação ativa dos arquitetos na sua orientação, e prepara um forum nacional sobre política territorial. Págs. 12 e 13.

Congresso da UIA: IAB inicia os trabalhos

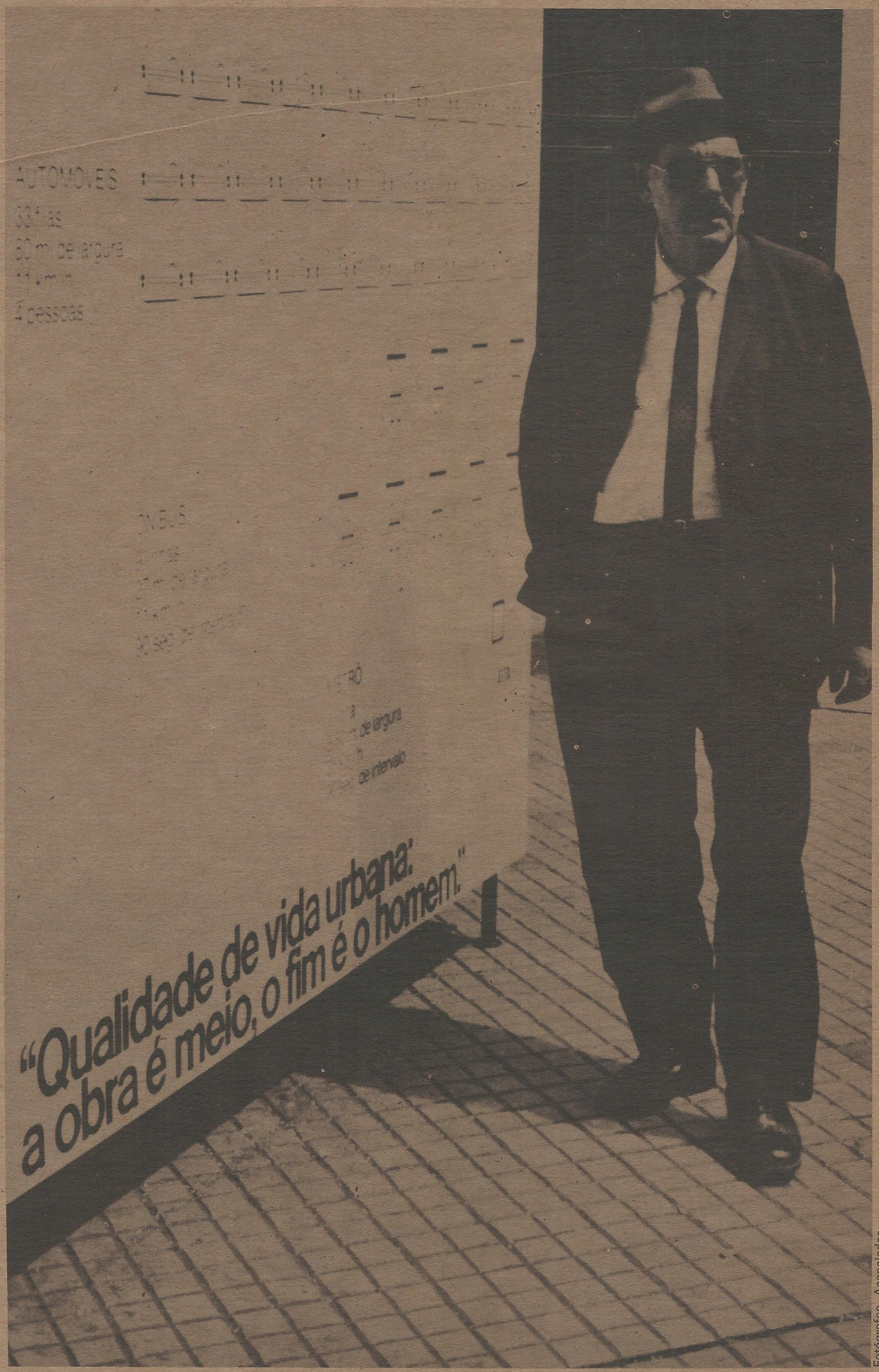
Durante um seminário, marcado para 27 e 28 de setembro, o IAB elaborará o texto final da tese brasileira a ser apresentada em Madri. Fábio Penteado será candidato à vice-presidência do birô da UIA e Joaquim Cardozo foi indicado para o Prêmio Auguste Perret (Flávio Motta participa da comissão de premiação). O Brasil começa a despontar na UIA como líder do Terceiro Mundo. Págs. 10 e 11.

Sindicato de São Paulo: eleições no dia 18 de setembro

Os arquitetos paulistas deverão eleger, no dia 18 de setembro, a nova diretoria do seu Sindicato. No período que precedeu as eleições, foram feitas várias reuniões para voltar a atenção da classe para questões profissionais. O líder da chapa, Geraldo Vespasiano Puntoni, fala de seu programa e chama a atenção dos arquitetos para a importância e o significado do pleito. Pág. 20.

O uso do solo urbano, segundo a COGEP

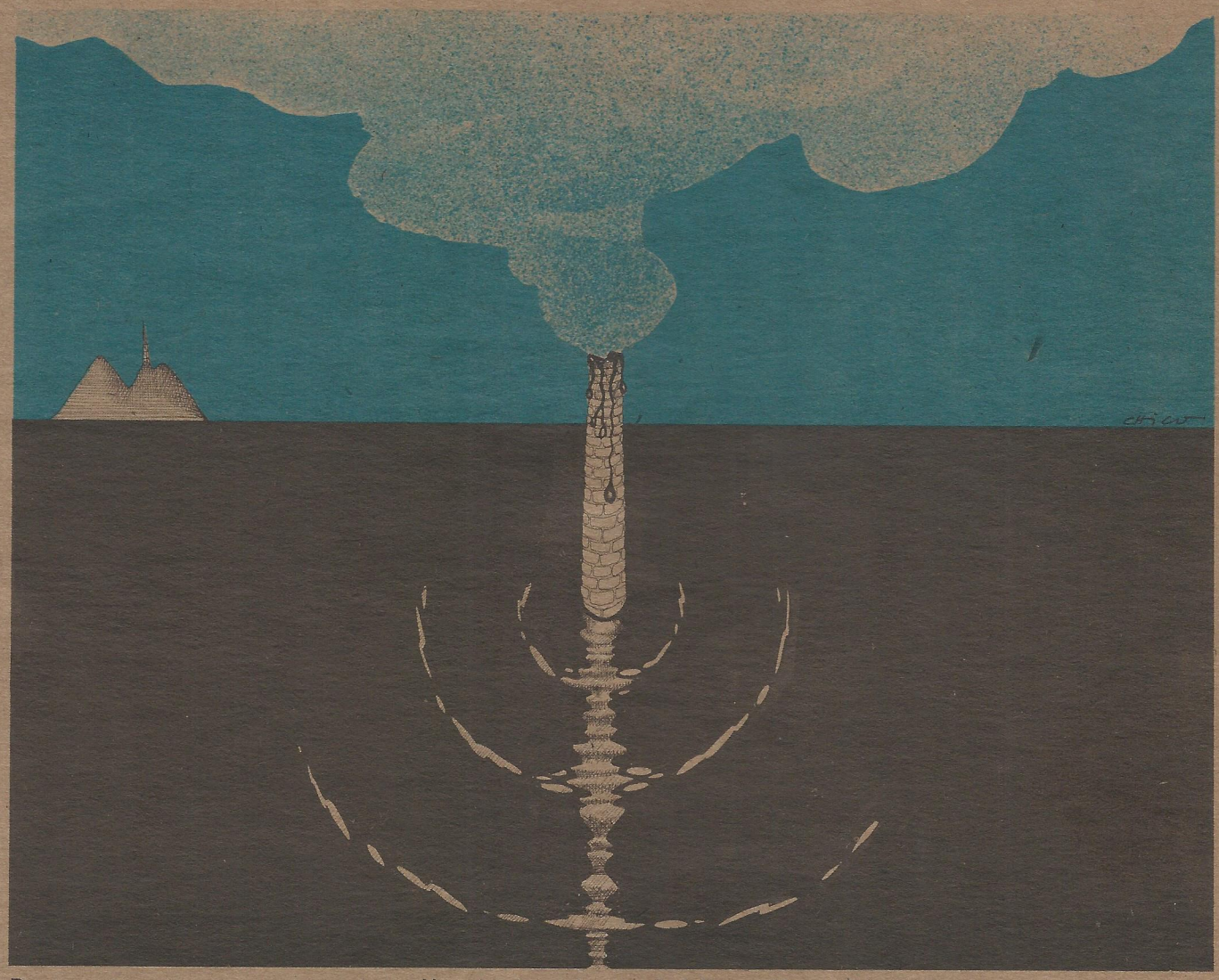
Visando manter um diálogo aberto com os arquitetos sobre sua filosofia de trabalho e os projetos da COGEP, o engenheiro João Evangelista Leão vem mantendo encontros mensais com a classe, no IAB. Complementando estes debates a COGEP publicará, a partir deste mês, cadernos especais de urbanismo no **Arquiteto**. "O uso do solo urbano" abre a série.



Fotógrafos Associados

O homem, cada vez mais, está destruindo seu meio ambiente. Criando desertos, poluindo o ar, os rios, o mar, numa verdadeira guerra contra a natureza.

A frente em defesa do meio ambiente



De repente, como se as sementes da análise e da observação começassem a germinar, no mês de julho ocorreram vários eventos importantes de defesa do meio ambiente. A casualidade propiciou o início de uma ofensiva espontânea de vários setores para estudar e propor soluções para os problemas ecológicos no Brasil, agravados com a intensificação do processo de industrialização e interiorização do desenvolvimento econômico, que, até o momento, não tiveram critérios de proteção ambiental. Às manifestações quase solitárias do IAB, de Burle Marx, Piquet Carneiro e outros, somam-se agora posições definidas de outros setores.

Na primeira quinzena de julho, a 26.ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência analisou no Recife o tema "A Destruição da Estrutura Ecológica". A Latincon 74 — 1.ª Convenção Latino-Americana do IEEE (Instituto de Engenheiros Eletrônicos e Elétricos), realizada em São Paulo, também incluiu na sua pauta o problema ambiental. E a reunião do Conselho Superior do IAB, em Vitória (25 a 27 de julho), teve duas importantes contribuições para a análise da questão ecológica no Brasil, do ponto de vista do arquiteto e do paisagista: uma conferência de Roberto Burle Marx e um documento elaborado pelos paisagistas de São Paulo.

"Para o homem urbano, no Brasil, a palavra "natureza" tende a assumir um significado distorcido, impregnado de romantismo", disse Burle Marx. "Devido ao desenfreado crescimento, levado a efeito sem considerar a qualidade da vida, o elemento natural, a terra, as plantas, as águas, desapareceram, cobertas pelo asfalto, esmagadas pelas construções, transformadas em canais de esgoto. Os índices de área verde por habitante são assustadoramente baixos. Diante dessas constatações, temos que admitir que a única posição que podemos assumir frente ao problema é a de defender, por todos os meios à nossa disposição, as ínfimas clareiras que temos nas cidades, de

ARQUITETO

Ano II número 17

Tiragem: 11.000 exemplares

ARQUITETO propriedade do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo.
Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.**
Redação, Administração e Publicidade: Rua Frei Caneca 322 - térreo, telefone: 256-8771, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição gratuita dirigida a arquitetos, órgãos de governo e construtoras. Circulação nacional.
Assinatura (12 números), Cr$ 60,00.
Número atrasado, Cr$ 10,00.

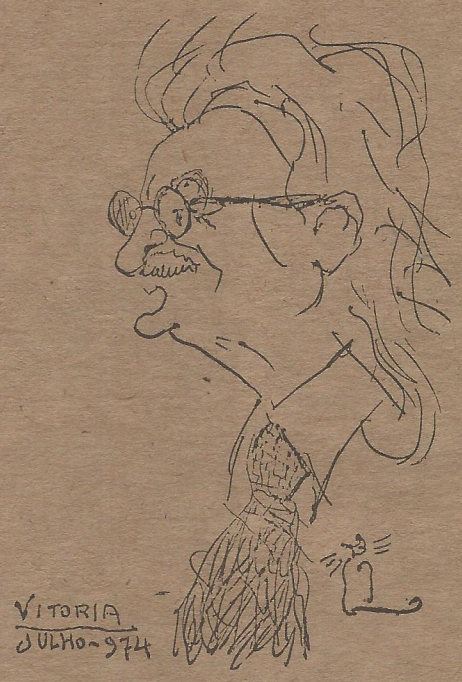
SAESP
Presidente: Alfredo Paesani; **Vice-Presidente:** Geraldo Vespasiano Puntoni; **Secretário:** Helène Afanasieff; **Tesoureiros:** Roberto Loeb e Gregório Zolko; **Diretor:** Edith Gonçalves de Oliveira. **Suplentes:** Israel Sancovsky, Sérgio Sune Pileggi, José Luis Fleuri de Oliveira, João Clodomiro de Abreu, Léo Bonfim Jr., Luiz Ernesto Gadella.

IAB-SP
Presidente: Eurico Prado Lopes; **Vice-Presidentes:** Benno Michael Perelmutter, Ruy Gama, Eduardo Corona; **Secretário-geral:** José Magalhães Junior; **Secretários:** Walter Renan Abreu Maffei, Maria Cecília Closs Scharlach; **Tesoureiros:** Nedir Falqueiro, Tito Lívio Frascino; **Diretores:** Haron Cohen, José Cláudio Gomes, Fábio Goldman, Rita Olmo Aprigliano, Rogério Antônio Dorsa Garcia, Alessandro Ventura; **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn, Vasco de Mello; **Representantes no Conselho Superior:** João Batista Vilanova Artigas, Paulo Archias Mendes da Rocha, Sérgio Zaratini, Israel Sancovsky, William Munford, Fuad Jorge Cury (titulares), Jorge Wilheim, Maurício Kogan, Francisco Petracco; **Grupo Executivo de Divulgação do IAB:** Tito Lívio Frascino (coordenador).

ARQUITETO
Diretor responsável: Fábio Penteado; **Editor:** Vicente Wissenbach; **Diretor de Redação:** Arlindo Mungioli; **Publicidade:** Romeu Onaga (diretor), Luiz Carlos Onaga; **Coordenadores:** Sérgio Teperman, Helena Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), Kazumi Kusano (editor assistente/redação), Francisco Caruso (ilustrações), Roberto Correia de Menezes (Produção), Regina Rodrigues de Lima (revisão); **Colaboradores:** Arquitetos Ana Maria Dente, Bona de Villa, César Bergström Lourenço, Cristiano Mascaro, Maria Cecilia Scharlack, Teru Tamaki, Ubirajara Giglioli, Maria Elisa Canedo (Rio); **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Composição:** Linotipadora Godoy Ltda.; **Fotolitos:** Grafcolor; **Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Burle Marx aponta áreas onde o arquiteto e o paisagista podem influir, não devendo abrir mão desses recursos "sempre que seu uso puder ser efetivo no combate aos erros".

A frente em defesa do meio ambiente



forçarmos a criação de novas áreas verdes, e de lutarmos para a preservação da natureza — ou do que dela resta — em nosso território."

O arquiteto, na medida em que tenha tomado consciência desses problemas, tem recursos para interferir, inerentes à sua profissão, "e não deve abrir mão deles sempre que seu uso puder ser efetivo no combate a esses erros". As áreas onde o arquiteto pode influir são, segundo Burle Marx:

1. **Planos de desenvolvimento integrado,** locais e regionais, "onde, num processo interdisciplinar, as diretrizes das mais diversas áreas de estudo deverão se harmonizar em função do desenvolvimento real da questão. A proteção do patrimônio natural, ou sua recuperação, encontrarão, nesses planos, um importante veículo para sua efetivação".
2. **Planos de remanejamento urbano** e criação de novas áreas urbanas (habitacionais ou industriais). A expansão urbana envolve áreas com ocupação rarefeita, nas zonas periféricas, que muitas vezes têm remanescentes de vegetação, que devem ser preservadas. Enquanto as camadas privilegiadas da população encontram formas para compensar a deficiência de áreas verdes (viagens, campings, clubes, etc.), as camadas de nível aquisitivo mais baixo não têm alternativas. Por isso, ressalta Burle Marx, "devemos ter o maior empenho em solucionar bem os conjuntos habitacionais populares", levando em conta a configuração do terreno, árvores, mantendo, enfim, todos os contatos possíveis com a natureza. Nas zonas periféricas devem ser previstos espaços livres de praças, parques, áreas verdes e de lazer.

O subúrbio de nossas cidades é um mundo a conquistar para a presença do urbanista, do paisagista, onde o habitante tantas vezes é abandonado à mercê de loteamentos sem quaisquer benefícios sociais", destacou o paisagista. "No que concerne aos conjuntos de habitação popular, estou certo de que muitos deles, dada a irracional economia de espaço, oferecem menos conforto que galinheiros. A vida que se desenvolve aí só pode conduzir a um nível maior de criminalidade, promiscuidade, marginalização."

3. **Áreas industriais** "merecem o mesmo tratamento cuidadoso, com a criação de áreas arborizadas, funcionando como barreira de som e como pulmão verde".
4. **Zonas densamente ocupadas das cidades,** onde há mais obstáculos para a criação de novas praças e parques. "Nossa atuação dependerá de projetos de remanejamento urbano, quando então poderemos recuperar espaços para o uso coletivo."

Burle Marx diz que, "dada a exigüidade de áreas de lazer de que atualmente dispomos, sua qualidade se reveste de uma importância especial".

Em função de fatores como o conjunto das construções ao seu redor, densidade habitacional, qualidade dos equipamentos sociais, culturais e de lazer da área, as praças assumem diversas características: para jogos, estar, descanso, encontro, exposições, etc. "Evidentemente", diz Burle Marx, "a concepção formal de cada uma delas terá de ser adequada a seu caráter. Nesse terrenos assistimos a erros lamentáveis. Nossas praças tendem a uma uniformidade sem sentido, cujas dominantes são inúmeros canteirinhos de flores anuais, retalhando o espaço, os bancos — mal dispostos ou insuficientes" e, ainda, aquilo que ele, ironicamente, chama de "bustificação", isto é, a proliferação de bustos nas praças públicas.

Vegetação: os equívocos

Os tipos de vegetação utilizados, geralmente, são espécimes estrangeiros, estranhos à flora brasileira. Um dos fatores para isso — explica o paisagista — é que a cultura de plantas, na maioria das vezes, é desenvolvida por estrangeiros, que por alguma razão — talvez sentimental — preferem as de seus países de origem.

"Assim, se procedermos a uma análise da vegetação das praças de nossas cidades, é raro ver a flora autóctone representada. E ela deveria ser insistentemente usada, tanta é a sua beleza e sua variedade. Nosso território apresenta uma grande diversidade de regiões fitogeográficas. Usar adequadamente um conjunto de plantas, de acordo com esse critério, é evitar a descaracterização da paisagem regional e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento das mesmas."

Burle Marx destacou também que é necessário fazer uma distinção entre praças e parques. Estes devem ter dimensões maiores e uma função diversificada: não apenas para contemplação, mas também para funções recreativas, de lazer, educativas, permitindo o descanso, a prática de esportes, piqueniques, teatro ao ar livre, locais para restaurantes populares, museus de história natural, "onde as crianças possam brincar, protegidas, e os homens observar a floração das árvores e ouvir o canto dos pássaros".

Quanto à proteção da fauna, não basta apenas proibir a matança ou o aprisionamento de pássaros e animais selvagens: "É preciso manter e/ou recriar o local onde eles vivem". O equilíbrio ecológico não é apenas uma questão de romantismo, mas uma necessidade para preservar o ciclo vital da natureza, que auxilia o homem inclusive na exploração da terra.

O paisagista citou o caso de uma fazenda dos Klabin, em Espírito Santo, onde o gado atinge índices inéditos de engorda graças ao equilíbrio natural com os pássaros, evitando a proliferação de insetos. A destruição dos pássaros, que ocorre hoje em muitos lugares, resulta, num futuro próximo, em pragas para as lavouras. "Não podemos pensar num equilíbrio ecológico, se quisermos apenas auferir lucros imediatos. Não sou contrário ao plantio de eucaliptos, nem de **pinus elliotti,** mas que façam isso em terras já devastadas, e não substituindo o pouco que resta de florestas heterogêneas. É crime de lesa-pátria. E está sendo cometido encoberto pelo nome do progresso e do desenvolvimento brasileiro", disse ele.

"Não adianta apenas legislar. É preciso que as leis se cumpram. E para que essas leis se tornem eficientes, é preciso criar um policiamento, formar guardas florestais conscientes da missão de preservação que têm de efetivar." Burle Marx frisou ainda a importância da atuação do arquiteto na preservação do patrimônio natural junto às escolas, influenciando as novas gerações de profissionais.

Documento dos paisagistas

O Grupo de Trabalho de Paisagismo do IAB de São Paulo apresentou na reunião do Conselho Superior, em Vitória, um documento firmando a posição dos paisagistas paulistas com relação ao problema do meio ambiente. A segunda parte do documento, sugerindo as formas de intervenção por áreas (água e habitats aquáticos, rios e planícies inundáveis, lagoas e represas, terrenos brejosos e estuários, costas, florestas, áreas agrícolas, mineração, linhas de transmissão e locação de estações geradoras, transportes, lixo e a cidade) está sendo reelaborada, a partir de um estudo mais detalhado dos problemas brasileiros.

O texto apresentado em Vitória diz que "no presente momento, em que o desenvolvimento do Brasil se acelera com a intensificação da ocupação do seu território, com o aumento do número de suas indústrias, com a crescente urbanização e concentração demográfica em metrópoles, com a abertura de novas estradas, com a construção de grandes represas, com a ocupação de terras virgens por agricultura, pastoreio, ex-

Opinião

Os paisagistas de São Paulo firmaram sua posição, num documento, e os cientistas reuniram-se no Recife, dedicando o encontro à questão do meio ambiente.

A frente em defesa do meio ambiente

o.s. 34.833 ■ cad. 2

ploração florestal e pela exploração de recursos minerais, é nosso objetivo propor uma forma de intervenção na paisagem que compatibilize desenvolvimento e meio ambiente.

"Essa compatibilização se apresenta como o grande desafio do momento, tendo em vista os novos meios tecnológicos disponíveis que constituem uma ameaça à preservação de nossos recursos naturais e, por outro lado, o imperativo inquestionável do desenvolvimento econômico.

"A visão histórica nos permite verificar o que se passou nos países desenvolvidos, pioneiros da industrialização, onde a visão unilateral do planejamento levou ao desenvolvimento da tecnologia até às últimas conseqüências, uma meta em si, perdendo-se de vista o objetivo primeiro do planejamento: o Homem e a garantia da qualidade de vida.

"Existe, portanto, a necessidade da criação de processos políticos, econômicos, sociais e culturais que permitem distinguir com clareza os conceitos de conservação e transformação do meio natural, criando parâmetros e critérios de intervenção na paisagem, de maneira a manter intocáveis os elementos excepcionais, seja do ponto de vista científico, histórico ou de equilíbrio ecológico e de atuar com segurança em áreas previamente analisadas para garantir um novo equilíbrio, com máximo aproveitamento dos elementos naturais, respeitando o caráter da paisagem e permitindo o desenvolvimento econômico paralelo à possibilidade de fruição pelo homem de um meio físico adequado, que lhe proporcione, dentro dessas mesmas atividades econômicas e nas demais atividades — tais como habitação, transporte, lazer, educação e cultura —, uma qualidade de vida compatível com a riqueza natural de nossa terra e nossos anseios desenvolvimentistas.

"Todo Planejamento Integrado deverá ser feito com base, além dos subsídios econômicos e sociais, em uma análise do meio ambiente, onde deverão ser considerados os aspectos físicos, bem como os aspectos econômicos, sociais e culturais da paisagem.

"Esta análise deverá subsidiar o Planejamento Integrado no sentido de apresentar alternativas de uso do solo para expansão urbana, desenvolvimento da agricultura, indústrias extrativas, indústrias em geral, criação de redes de comunicação e transporte, preservação de florestas naturais, criação de florestas artificiais, desenvolvimento de sistemas de lazer e turismo, levando em conta os fatores de geomorfologia, pedologia, hidrografia, clima, flora e fauna da região. (Existe ainda no Brasil toda uma legislação de conservação da natureza que deve ser empregada no campo do planejamento.)

"Diante de tarefa tão grandiosa e que manipula elementos até hoje estudados em campos estanques, tais como Planejamento Físico, Planejamento Econômico, Geografia, Biologia, Agronomia, Engenharia e Arquitetura, emerge com clareza a necessidade de preparação de equipes interdicisplinares para enfrentar o desafio de um processo novo que urge seja implantado no planejamento brasileiro, em todos os níveis e escalas."

A posição dos cientistas

Como primeiro corolário de um lento porém sistemático processo de observação, pela primeira vez no Brasil os cientistas dedicaram totalmente um simpósio ao problema do meio ambiente. Na primeira quinzena de julho, a 26.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que teve a participação de mais de 600 cientistas, analisou, no Recife, o meio ambiente brasileiro e os riscos de um processo de desenvolvimento acelerado. Entre os conferencistas estavam o cientista francês Ignacy Sachs, diretor do Centro Internacional de Pesquisas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, defensor de uma estratégia de desenvolvimento que harmonize a industrialização com a proteção do ambiente humano. Esse controle racional do ambiente exige uma redefinição.

"Esse controle deve ir além de medidas modestas e defensivas de eliminação dos vários tipos de poluição local mais incômoda. Mais importante é a preocupação com os equilíbrios ecológicos globais e a longo prazo, como os processos cumulativos e irreversíveis de destruição que poderiam tornar impossível a vida humana na terra. Uma política global de controle dos recursos naturais é um novo setor de atividade para os governos desta época", enfatizou Sachs.

Na opinião do cientista francês, a proteção do meio ambiente implica na luta contra a miséria, ou seja, a criação de novos empregos e condições de vida para as parcelas menos favorecidas da população. Para tanto é necessária uma estratégia de harmonização e não uma "eutanásia econômica". É preciso buscar técnicas "limpas" para evitar a necessidade de limpeza — uma atividade essencialmente negativa.

O economista Celso Furtado — que também participou da reunião — ressaltou que é possível conciliar as exigências do crescimento econômico com a necessidade de preservação do ambiente. Mas, para tanto, "é preciso definir os objetivos do processo de industrialização. Se ele for orientado para o atendimento das necessidades humanas, o acordo é possível. Mas se apenas servir aos interesses das grandes empresas mundiais, será inevitável a destruição do equilíbrio ecológico".

Em 1971, durante a 23.ª reunião da SBPC (Curitiba), o geneticista Warwick Estevam Kerr alertava: "No Brasil, estamos assistindo à maior e mais rápida destruição do meio ambiente, em comparação com devastações ocorridas em qualquer área e em qualquer época da História ou da Pré-História. A floresta amazônica, se continuar sendo abatida no ritmo atual, terá apenas 35 anos de existência".

Warwick Kerr voltou a denunciar a devastação de nossas florestas na reunião do Recife. A última grande floresta de araucárias, no Norte do Paraná, foi derrubada em 1968. Em 1973, um levantamento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) revelou que a Amazônia tinha perdido 24% de suas florestas, que cobriam cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados. A maioria dos 843 000 km² destruídos tinha sido transformada em pastagens.

"A perda de grandes florestas provoca mudanças no clima e na regularidade das chuvas, além de outros tipos de desequilíbrio ecológico. Apesar disso, o consumo anual de madeira no país atinge 158 milhões de metros cúbicos, dos quais 78% são utilizados como combustível", disse Kerr, ressaltando que, em Minas Gerais, as queimadas estão reduzindo a níveis críticos a fertilidade do solo.

O geógrafo Manuel Correia de Andrade falou sobre o processo de ocupação de áreas subpovoadas iniciado há quatro séculos, "que não teve a menor preocupação de poupar os recursos naturais. Isso explica a destruição injustificada de florestas e da fertilidade dos solos. O que resta da Mata Atlântica, que cobria a faixa litorânea do Brasil, é um atestado do povoamento desordenado do litoral".

O sanitarista Walter Leser, por outro lado, abordou a problemática do ambiente urbano, afirmando que, nos últimos dez anos, a qualidade de vida em São Paulo deteriorou-se consideravelmente, em conseqüência do aceleramento do processo de industrialização, do crescimento demográfico e redução do poder aquisitivo de grande parte da população por causa da política de controle da inflação. As deficiências do saneamento básico e a redução do valor real

Opinião

Os efeitos nocivos ao meio ambiente causados pela aplicação inadequada da tecnologia foram discutidos na Latincon. E Piquet Carneiro fala ao Arquiteto **sobre a devastação da natureza.**

A frente em defesa do meio ambiente

do salário mínimo, segundo Leser (ex-secretário da Saúde de São Paulo) são algumas das causas da elevação dos índices de mortalidade infantil, que atingiram 89,46 em 1970, contra 84,34 em 1969, 69,38 em 1965 e 62,94 em 1960.

Latincon e o meio ambiente

Os efeitos nocivos ao meio ambiente gerados por aplicações inadequadas da tecnologia também foram amplamente discutidos durante a Latincon 74 — a 1.ª Convenção Latino-Americana do Instituto de Engenheiros Eletrônicos e Elétricos (Parque Anhembi, SP, 14 a 19/7/74). O engenheiro Harold Chestnut, membro do Conselho Mundial do Meio Ambiente e Recursos Naturais (World Environment and Resources Council), disse que nos últimos quatro anos a humanidade começou a se conscientizar do problema da poluição e dos prejuízos causados por ela ao meio ambiente. A conferência do meio ambiente em Estocolmo, Suécia, e o interesse da ONU foram decisivos.

"O povo, então, começou a vislumbrar as dificuldades que a poluição estava gerando sobre o meio ambiente, à medida que a industrialização avançava", explicou, lembrando as transformações positivas experimentadas por cidades industriais como Pittsburg, nos EUA, e mesmo Nova York. "Londres se tornou mais limpa. Os animais voltaram a seus bosques, os peixes voltaram ao Tâmisa."

Chestnut acredita que a pressão da população também vai ser sentida em São Paulo nos próximos anos: "Creio que, pelo clamor público ou pela liderança administrativa, São Paulo poderá melhorar. Os rios não exalarão mais cheiros, o céu será mais claro e o verde ganhará a agressividade do verde tropical. Os esforços conservacionistas começam a trazer resultados positivos para o mundo".

O Conselho Mundial do Meio Ambiente e Recursos Naturais funciona como um forum internacional, interdisciplinar e desvinculado de governos, para a ação conjunta, troca de informações, análise da qualidade ambiental e avanços na administração dos recursos. Participam grupos profissionais, industriais, científicos, nacionais e sociais, interessados ou com influência em problemas do meio ambiente e recursos naturais. Orest Albert Meykar, norte-americano naturalizado de origem estoniana, falou na Convenção sobre os programas de proteção do meio ambiente desenvolvidos nos EUA pelo Departamento de Proteção. "Temos que aprender como tratar o meio ambiente", disse Meykar, "porque a moderna tecnologia, utilizando material e energia, freqüentemente produz resultados não-salutares no meio ambiente, afetando a saúde do povo, de animais e plantas."

A primeira lei de proteção ambiental surgiu em 1970, criando o Departamento de Proteção ao Meio Ambiente, que começou a atacar a poluição de uma forma global, "científica e prática", segundo Meykar, sugerindo que o Brasil aproveitasse a experiência norte-americana: os dados, materiais e procedimentos já utilizados. O primeiro passo foi a melhoria da qualidade da água. Em seguida vieram a purificação do ar e o controle da contaminação do solo (com a proibição da utilização de inseticidas com efeitos nocivos). A atual preocupação do governo norte-americano é a melhoria do sistema de esgotos, dejetos industriais e o controle da poluição provocada por veículos. "A crise energética foi um fator positivo para o nosso programa de conservação do meio ambiente", disse Meykar. O Departamento determinou também às indústrias a redução dos níveis de poluição provocados por elementos como o óxido de nitrogênio e hidrocarbonetos não queimados. O reaproveitamento de material orgânico, como o processamento do esgoto para a obtenção de fertilizantes e a reutilização do lixo (que pode inclusive fornecer o gás metano) também começa a ser aplicado.

William E. Cory, vice-presidente de Pesquisas de Sistemas Eletrônicos do Instituto de Pesquisas do Sudoeste, do Texas, EUA, falou sobre um novo tipo de poluição: os efeitos da energia eletromagnética sobre o meio ambiente. "Enfermidades causadas por energia eletromagnética foram documentadas e podem ser eliminadas pelo controle dos campos elétrico e magnético, dentro de um nível seguro", disse ele.

Piquet Carneiro

Ao que tudo indica, após as tomadas de posição em julho, arquitetos, paisagistas, engenheiros, economistas e cientistas de outras especialidades passarão a analisar e manifestar suas posições sobre a questão ecológica, sistematicamente. Mas, durante vários anos, apenas solitárias vozes denunciavam a poluição e a devastação da natureza. Uma delas era a de José Piquet Carneiro.

Piquet Carneiro, ex-presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, cargo a que renunciou desiludido com a aparente ineficácia de suas denúncias, é um leigo, um autodidata em ecologia. Seu grande mérito é a paixão com que se dedica ao assunto, reunindo dados e informações que sempre transmite à imprensa.

Segundo ele, o Brasil tem atualmente apenas 43% de seu território coberto de vegetação, enquanto o Japão tem o índice de 69%. O IBDF — acrescenta — registra o abate de 540 milhões de árvores por ano, o que representa uma média de 1,5 milhão por dia.

"O satélite "Skylab" localizou na Amazônia um incêndio que cobria uma área equivalente à do Estado da Guanabara", diz ele. O consumo de madeira como lenha é um dos grandes fatores da devastação das florestas: as siderúrgicas mineiras queimam, anualmente, uma floresta de área igual à do Estado da Guanabara.

Piquet Carneiro afirmou em entrevista ao jornal **Arquiteto** que a catástrofe de Tubarão, em Santa Catarina, foi conseqüência de desequilíbrio ecológico: "As florestas podem reter até 90% das águas pluviais, levando grande parte para o subsolo e tornando os rios perenes e volumosos. Quando as florestas ao longo do rio são destruídas, elimina-se um mecanismo de retenção da água, que corre então sem freios para os cursos d'água: o fluxo hídrico se desequilibra e ocorrem essas catástrofes. Agora o governo catarinense está estudando sistemas de contenção artificial — como barragens — e isso era feito pela natureza, quando havia árvores".

O ex-presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza cita processos de devastação que estão ocorrendo em Minas Gerais, Estado do Rio, Espírito Santo, Alagoas, Bahia, Mato Grosso e Amazônia, provocando a diminuição do volume das águas dos rios, alteração no clima e na fertilidade do solo. Ela defende "a participação das Forças Armadas na preservação das nossas florestas, pois não temos tempo de criar uma Guarda Florestal, como a que existe nos EUA".

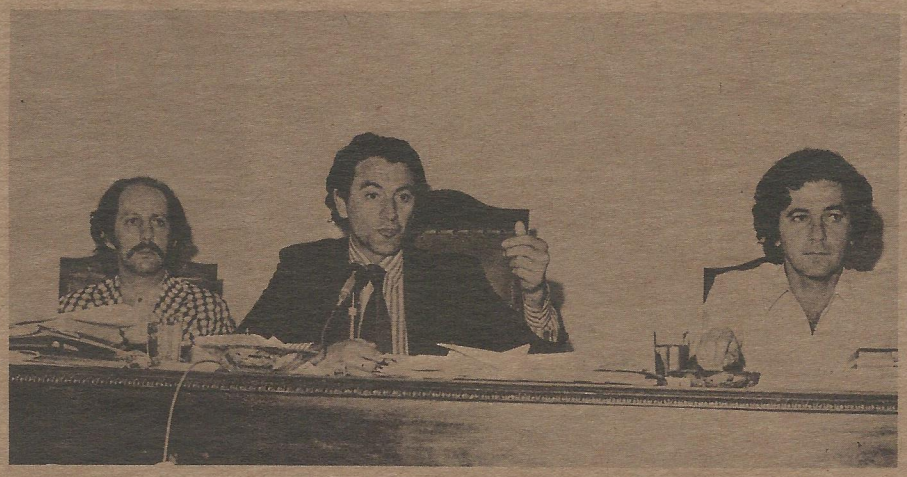
Piquet Carneiro acredita, no entanto, que a população vai pressionar para a adoção de soluções, na medida em que seu ambiente se deteriora. Da mesma forma — opina — os interesses econômicos vão começar a tomar cuidados, para evitar situações que tragam prejuízos, como a necessidade de mudar de local, e mesmo porque a conservação do equilíbrio natural pode trazer uma produtividade maior.

E, finaliza, "a industrialização atualmente não está sendo um processo racional, na medida em que não compreende a natureza. Mas o próprio homem ainda vai tomar consciência de que é preciso estabelecer uma harmonia com ela".

As decisões do Conselho Superior do IAB em Vitória

Vitória (do enviado especial) — A segunda reunião do Conselho Superior do IAB, gestão 74/76, foi um verdadeiro congresso de arquitetos, com debates e relatórios sobre os mais importantes problemas nacionais, como a criação da CNPU, áreas metropolitanas e meio ambiente, exibição de filmes de arquitetura, conferências, visita às instalações do Porto de Tubarão, o maior exportador brasileiro de minérios, e um encontro com o governador do Espírito Santo.

A perfeita organização da reunião, preparada pelo IAB do Espírito Santo, mereceu um voto de louvor por aclamação de todos os presentes, com prolongada salva de palmas à arquiteta Maria do Carmo de Novaes Schwab, presidente do departamento capixaba. Compareceram ao encontro representantes dos IABs da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Guanabara, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, além dos conselheiros vitalícios Fábio Penteado, diretor-responsável do Jornal **Arquiteto,** Ary Garcia Rosa e Benito Sarno.



Seminários sobre a CNPU

Marcada por um ritmo intenso de trabalhos, a reunião do Conselho Superior (COSU) traçou a política do IAB para os próximos dois anos, aprovando — com as modificações sugeridas pelos IABs da Guanabara e São Paulo — o Plano de Trabalho da gestão 74/76, elaborado a partir da vivência das "dificuldades encontradas na tarefa de concretização de uma plataforma de trabalho capaz de construir uma imagem efetivamente federativa do IAB".

"O Instituto de Arquitetos do Brasil — diz o documento — é, e deve ser, uma entidade aberta cuja estrutura é montada em função da participação dos arquitetos brasileiros, como conjunto unitário e contraditório. As opiniões fechadas, ou de grupos, só interessam na medida em que possam ser conhecidas e desvendadas, ganhando o nível de debate dentro dos diversos escalões do IAB."

Entre as metas prioritárias definidas destacam-se o programa de promoção profissional, a defesa do meio ambiente, do projeto e da tecnologia nacional, o fortalecimento das representações do IAB em órgãos nacionais e internacionais, a organização do II Inquérito Nacional sobre Arquitetura Brasileira.

A criação da CNPU, segundo o presidente Miguel Pereira, "colocou na ordem do dia velhas preocupações e aspirações dos arquitetos, exigindo de nós o amadurecimento de uma posição clara e objetiva diante de uma política urbana que deverá ser definida a curto prazo". Nesse sentido o COSU determinou a realização de seminários locais e regionais, preparatório de um simpósio nacional. Este encontro será realizado dentro dos próximos 90 dias em Brasília ou na Guanabara. O COSU resolveu ainda enviar ao ministro Reis Velloso o documento de congratulações pela criação da CNPU (ver matéria págs. 12 e 13).

Representações

Outro ponto que mereceu destaque na reunião do Conselho foi a participação de representantes do IAB em organismos nacionais e internacionais, que "tem permitido um diálogo e uma abordagem mais direta no trato de muitas de nossas reivindicações e teses", segundo o Conselho Diretor. Essa política de representações deverá ganhar mais força, "afirmando-se como elemento fundamental na definição de uma política profissional para os arquitetos.

O Conselho Superior indicou representantes para os seguintes órgãos: 1. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura-IBECC: arquiteto Joaquim Guedes; 2. Centro Brasileiro de Construção e Equipamentos Escolares — CEBRACE (GB): arquiteto Victor Noel Saldanha Marinho; 3. Comissão de Ensino de Arquitetura e URBANISMO — CEAU — arquiteto Miguel Alves Pereira. A coordenação dos representantes dos arquitetos junto ao CONFEA passou do IAB/GB para o IAB/nacional.

Para viabilizar uma participação mais eficaz e contínua de arquitetos brasileiros em organismos internacionais o IAB deverá propor ao Ministério das Relações Exteriores a assinatura de um convênio.

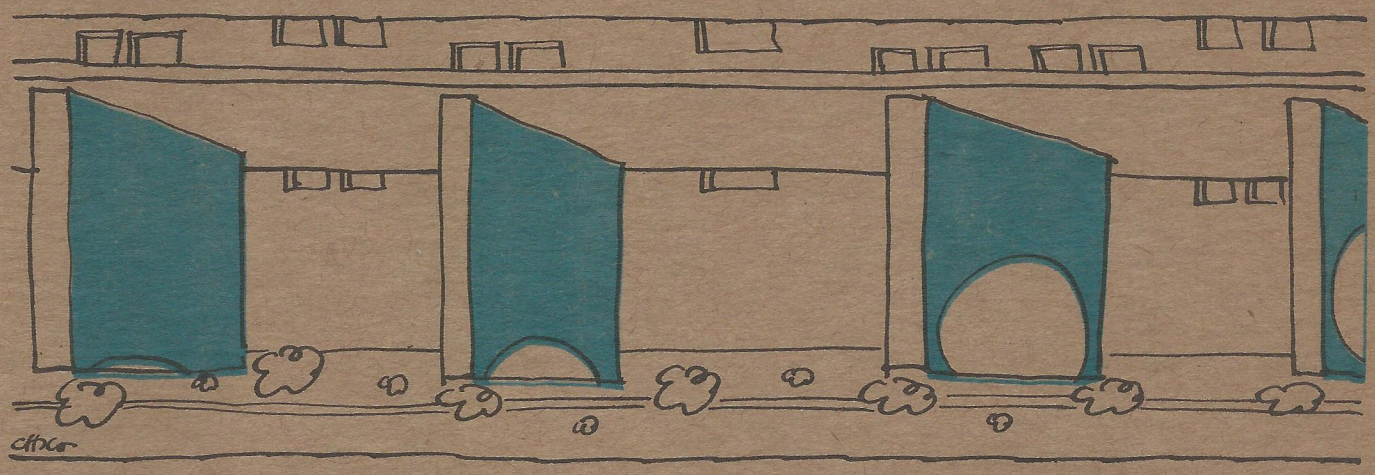
Filmes de arquitetura

Durante o encontro de Vitória, além de palestras do arquiteto Burle Marx (ver matéria sobre meio ambiente) e Aliomar Baleeiro Filho, foram projetados dois importantes filmes sobre arquitetura: Bienal Internacional de Arquitetura e Itinerário de Oscar Niemeyer.

As escolas e departamentos dos IABs interessados em obter cópias destes filmes devem escrever ao arquiteto Luiz Fisberg, no IAB nacional. (Edifício São Paulo, conj. 522, SCS CP 2201, Brasília, DF).

Fábio Penteado será candidato à vice-presidência do birô e Joaquim Cardozo foi indicado para o prêmio Auguste Perret. Flávio Motta agora participa do júri.

Começam os preparativos para o Congresso de Madri



Reunindo-se durante três dias em Vitória, ES — de 25 a 27 de julho — o Conselho Superior do IAB iniciou, efetivamente, os trabalhos preparatórios para o XII Congresso da UIA (Madri, maio de 1975). A coordenação da tese brasileira — o tema é "Criatividade Arquitetônica — Imaginação + Tecnologia" — foi entregue ao IAB do Rio Grande do Sul. Documentos preliminares, redigidos pelos IABs de São Paulo, Guanabara, Pernambuco e Rio Grande do Sul serão avaliados em uma seminário que terá lugar em Porto Alegre, nos dias 27 e 28 de setembro, quando será preparado o texto final.

Outra decisão importante da reunião de Vitória foi a indicação do arquiteto Fábio Penteado, atualmente membro do comitê executivo da UIA e diretor-responsável do jornal **Arquiteto,** como candidato do Brasil a uma das quatro vice-presidências da União Internacional dos Arquitetos. A eleição será realizada na XIII Assembléia Geral da UIA (Veneza, 1975), que antecederá o Congresso. O engenheiro de estruturas Joaquim Cardozo foi indicado pelo IAB para o prêmio Auguste Perret (um dos três concedidos pela UIA), enquanto Flávio Motta será convidado a participar do júri da UIA.

Prestígio brasileiro

Em 1972, na assembléia de Sófia, na Bulgária, que precedeu o Congresso de Varna, ocorreu um fato que indica o prestígio do Brasil — e de Fábio Penteado — na UIA. Quebrando o protocolo — já que os nomes devem ser apresentados com antecipação —, 27 países (representando quase 50% dos participantes) se reuniram e propuseram, no decorrer da assembléia, o nome de Penteado para a vice-presidência.

"Evidentemente", explica ele, "renunciei à inesperada candidatura, para não quebrar a unidade que orienta as decisões da UIA, onde a solidariedade é o mandamento fundamental." Assim, nessa ocasião foi eleito para o posto o americano Daniel Schwartzman, então o único candidato oficialmente registrado.

A função dos vice-presidentes é a de coordenar os trabalhos da UIA em cada uma das áreas: Região 1 (Europa Ocidental), Região 2 (Europa Oriental e Oriente Médio), Região 3 (Américas) e Região 4 (Ásia, África e Austrália).

Os membros do birô — presidente, secretário-geral e 4 vice-presidentes — têm mandato de três anos e os 16 representantes do comitê executivo, de seis. Fábio Penteado é atualmente um dos quatro membros do comitê executivo para a Região 3 (Américas), tendo sido eleito em 1969, durante a Assembléia de Bariloche (que antecedeu o Congresso de Buenos Aires).

Ele será, se eleito, o segundo brasileiro a ocupar um cargo no birô da UIA. O primeiro foi Flávio Leo Azeredo da Silveira, membro do comitê executivo de 1960 a 1966 e vice-presidente de 1966 a 1969. "O Brasil participa dos esforços da UIA desde sua fundação e muito trabalho foi feito pelo IAB. Hoje o instituto tem grande prestígio na entidade mundial dos arquitetos porque, além do respeito que a arquitetura brasileira merece, Flávio Leo desenvolveu um vasto trabalho nas nossas relações internacionais", diz Penteado.

A candidatura brasileira tem outro aliado: a atual política da UIA, que, da mesma forma como a ONU e UNESCO — aos quais presta assessoria permanente — é de abertura para o Terceiro Mundo.

Penteado pretende efetivar uma integração cada vez mais intensa entre os arquitetos do "Terceiro Mundo na defesa de um desenvolvimento justo e coerente com os ideais da paz".

"Essa tarefa", acrescenta, "terá possibilidades efetivas pois está firmemente apoiada na nossa base principal, que é o IAB — compromisso assumido e afirmado pelo Conselho Superior na reunião de Vitória — e, principalmente, nos organismos governamentais de nosso país. Nessas condições, creio que a UIA poderá representar contribuição de excepcional relevância para o desenvolvimento das teses da arquitetura em todos os seus campos de atuação."

A integração nas Américas, ao nível da arquitetura, ressalta Fábio Penteado, já existe de fato, uma vez que a plataforma essencial da UIA é exatamente a da solidariedade entre os povos, a da fraternidade. "Desde sua criação, logo após a Segunda Guerra, reúne arquitetos de todo o mundo para discutir a construção de novas cidades, o rumo das metrópoles, a qualidade da vida humana, trocando idéias livremente, colocando os ideais da paz e da cultura acima dos problemas políticos, de maneira coerente com seus princípios. Esse é o grande mérito da UIA."

O XII Congresso, que vai analisar aspectos do processo da criatividade arquitetônica (Imaginação + Tecnologia), reflete a preocupação dos arquitetos na busca das soluções para os problemas do ambiente humano. "A progressiva deterioração do meio ambiente e a crise humana que atinge hoje todas as regiões do mundo implicam numa importância cada vez maior do arquiteto para a adequação do ambiente humano às necessidades reais do homem."

Na pauta de prioridades da ONU, esse é o segundo mais grave problema da atualidade, seguindo o das guerras. Os trabalhos do Congresso de Madri serão encaminhados à ONU, UNESCO e Organização Mundial de Saúde, que, inclusive, participarão ativamente do encontro.

Joaquim Cardozo

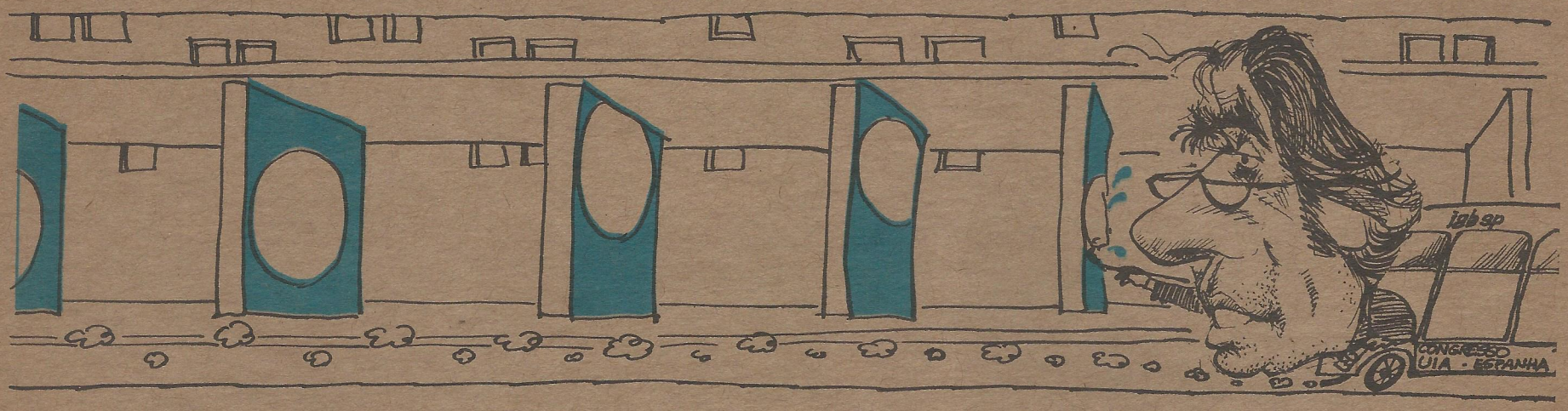
O Conselho Superior decidiu também, na reunião de Vitória, indicar o nome do engenheiro Joaquim Cardozo para o Prêmio Auguste Perret, destinado ao "autor de uma obra de destaque no campo da Arquitetura e da Técnica Aplicada à Arquitetura". Cardozo é o autor dos cálculos de grande parte dos edifícios de Brasília, projetados por Niemeyer.

O primeiro brasileiro premiado pela UIA foi Vilanova Artigas, que recebeu o Prêmio Jean Tschumi de 1972, por suas atividades no campo da crítica arquitetônica, na formação de novas gerações de arquitetos e por sua colaboração internacional no plano profissional.

O outro prêmio da UIA é o Sir Patrick Abercrombie, que é conferido a obra de destaque no campo do Urbanismo ou do Planejamento Territorial.

O arquiteto e crítico de arte Flávio Motta fará parte da comissão de julgamento da UIA para a concessão dos prêmios. Seu nome foi indicado pela Fundação Bienal de São Paulo,

O enfoque proposto pelos gaúchos para a tese é o das perspectivas de máxima utilização dos recursos da técnica moderna pela criação arquitetônica nos países em desenvolvimento.



com apoio do IAB, a pedido da União Internacional dos Arquitetos.

Os arquitetos e entidades que receberam os prêmios até hoje foram:

Prêmio Auguste Perret — E. Pérez Pinero, Espanha (1972); Karel Hubacek, Tchecoslováquia (1969); F. Otto e R. Gutbrod, República Federal da Alemanha (1967); H. Sharoun, República Federal da Alemanha e menção a H. e K. Siren, Finlândia (1965), K. Mayekawa, Japão, e J. Prouvé, França (1963); Félix Candela, México e menções para a Seção de Arquitetos do Ministério Britânico da Educação e para a Seção de Estudos sobre Edificações Industriais e Agrícolas da Hungria (1961).

Prêmio Jean Tschumi — J. B. Vilanova Artigas, Brasil (1972); Ivan Nikolaev, URSS, e Pedro Ramírez Vazquez, México (1969); J. P. Vouga, Suíça (1967).

Prêmio Sir Patrick Abercrombie — Centro de Experimentação, Pesquisas e Formação do Marrocos (1972); Hubert Bennett e Equipe, Reino Unido, e menção a F. Belaunde Terry, Peru (1969); G. de Carlo, Itália (1967); C. Buchanan e Equipe, Reino Unido, e T. Farkas e Equipe, Hungria (1965); C. Doxiadis, Grécia (1963); Serviço de Urbanismo da Cidade de Estocolmo — S. Markelius e G. Sidenbladh, Suécia (1961).

A tese brasileira

Os departamentos estaduais do IAB de São Paulo, Pernambuco, Guanabara e Rio Grande do Sul foram incumbidos de preparar as teses preliminares para o XII Congresso da UIA, que serão analisadas em um seminário a ser realizado em Porto Alegre, ainda sem data fixada.

O documento final será redigido durante esse encontro, devendo ser entregue à União Internacional dos Arquitetos até o dia 31 de dezembro deste ano. O IAB do Rio Grande do Sul é o responsável pela coordenação do trabalho final.

Atendendo à recomendação do arquiteto Alfredo Brito, da Guanabara, que disse que a UIA tem grande interesse em tomar conhecimento dos documentos parciais, os trabalhos preliminares encaminhados ao seminário de Porto Alegre também serão remetidos à UIA.

Durante a reunião do Conselho Superior do IAB em Vitória, o IAB da Guanabara apresentou o roteiro inicial do trabalho a ser desenvolvido pelo departamento, enquanto o Rio Grande do Sul trouxe uma súmula dos trabalhos do grupo de trabalho da tese gaúcha.

Em síntese, os cariocas propõem uma posição semelhante à do planejador norte-americano Jacob L. Crane, autor de "Urban Planning — Illusion and Reality: a New Philosophy for Planeed City Building". Ele observa que, nos EUA, os processos de planejamento — desde as primeiras colocações sociais e políticas, até a análise dos recentes modelos matemáticos para estudo da cidade, passando pela época do New Deal, das cidades novas e da renovação urbana — têm falhado por falta de **intuição, imaginação e ação.**

"No caso brasileiro, uma conclusão semelhante não seria deslocada", dizem os cariocas. "Já se nota, principalmente nos trabalhos relativos a algumas regiões metropolitanas, o uso indiscriminado de modelos para provar fatos já intuitivamente conhecidos pelos técnicos da área, ou, o que é pior, para reforçar políticas previamente estabelecidas. A validade desses modelos já é questionada, inclusive, no seu próprio país de origem (...) Sua aplicação generalizada no Brasil, onde os recursos para planejamento não são abundantes, parece-nos um pouco perigosa, principalmente se usados para simplesmente comprovar o que a imaginação e a intuição dos técnicos participantes do processo de planejamento já haviam indicado."

"Esta intuição, é evidente", prosseguem, "não nasce do nada. É em geral produto da experiência desses técnicos e do estudo da evolução da cidade, analisada com relação aos aspectos físico, econômico, social e político, todos estudados numa perspectiva histórica."

A proposta do IAB-GB é um estudo de como a imaginação e a intuição, no caso brasileiro, auxiliadas pela análise histórica dos fatores citados, poderiam influir no campo do planejamento urbano, especialmente com relação à atuação do arquiteto nesse processo.

A análise gaúcha

O enfoque proposto pelo grupo de trabalho do IAB do Rio Grande do Sul é o das perspectivas de máxima utilização dos recursos da técnica moderna pela criação arquitetônica nos países em desenvolvimento, com base na experiência brasileira — o centro de gravidade do trabalho.

"Assim concebida a tese, poderá representar mais uma contribuição dos arquitetos brasileiros para o equacionamento dos problemas dos países em vias de desenvolvimento no seio da UIA, correspondendo a um papel de liderança que cabe ao nosso país nessa organização", frisa a súmula apresentada pelo GT gaúcho.

Segundo o documento, deve ser evidenciado o caráter dialético das relações entre a técnica e a criatividade arquitetônica, que não devem ser reduzidas a uma fórmula em que ambas sejam simplesmente justapostas.

A técnica é resultado da criatividade humana. "Os conflitos surgidos entre ela e suas aplicações na arquitetura são manifestações de um fenômeno mais amplo da nossa realidade histórica", como a limitação e distorção do seu uso por condicionamentos sócio-econômicos ou sua subordinação a fins meramente comerciais, provocando um distanciamento cultural entre a tecnologia moderna e as aspirações do homem.

A técnica assume, assim, muitas vezes, um papel alienador, tornando-se uma "coisa em si". "A alienação tecnológica assume caráter especial em países em desenvolvimento como o nosso, em decorrência dos estreitos vínculos existentes entre a importação de tecnologia e a dependência econômica", retardando a "percepção coletiva dos verdadeiros interesses nacionais."

Torna-se necessária, pois, uma visão crítica para a aplicação adequada da tecnologia às condições locais, numa relação dialética, distinta das "pseudo-soluções resultantes apenas de interesses empresariais imediatos".

A presença, em vários setores da economia, de empresas multinacionais — "isentas de vínculos com o interesse geral da população" — traz, segundo o documento, "perigos evidentes à salvaguarda do patrimônio natural local", uma vez que, "agindo de conformidade com interesses imediatos, transferindo para os países menos desenvolvidos os níveis de poluição não tolerados nos países de origem, as decisões empresariais externas tenderiam, pelo seu dinamismo espontâneo, a transformar países como o nosso em verdadeiras cloacas da indústria multinacional".

No Brasil, grande parte da população vive à margem do progresso tecnológico, mesmo nas grandes cidades. Esse atraso e estreiteza da faixa de acesso popular aos benefícios da técnica moderna se refletem sobretudo na organização coletiva do meio habitado. Essa situação coexiste com investimentos vultosos nos centros urbanos, por seu turno carentes na periferia. É o resultado — ressaltam os gaúchos — da alienação tecnológica.

Conclui o grupo de trabalho que, "apesar da complexidade e dos aspectos contraditórios do problema, o principal entrave à expansão da criatividade arquitetônica no Brasil ainda reside no atraso tecnológico".

O arquiteto — ressalta o documento — deve exercer ativamente sua função de "condicionador de opinião", influenciando as orientações da política urbana, principalmente através do IAB. O Instituto, por sua vez, deve também promover a atualização técnica dos associados.

Outro problema abordado pelo texto é o da inadequação do currículo de muitas escolas de arquitetura, que deveria ser orientado no sentido do binômio criatividade/técnica. Constata-se "a insuficiente integração do aprendizado para a formação do arquiteto como sintetizador de soluções". Muitas vezes, a tecnologia ensinada é obsoleta. A atualização do ensino deve consistir basicamente na assimilação de critérios e métodos científicos, no processo criativo das soluções, e não apenas nas fases preliminares de pesquisas e análise.

A universidade deve ser orientada para formar arquitetos dotados de capacidade crítica inovadora, e não apenas adestrar os estudantes em função de uma demanda imediata de tecnologia comercializada, conclui a súmula dos trabalhos do grupo de trabalho do IAB gaúcho.

Sabe-se, extra-oficialmente, que o secretário executivo da CNPU será o arquiteto Jorge Francisconi, que coordenou os estudos que embasaram o decreto que criou a Comissão.

CNPU: os aplausos e as reivindicações dos arquitetos

Foto: Agência Fotógrafos Associados

Na primeira quinzena de setembro deverá ser instalada, em Brasília, a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana. Segundo informações extra-oficiais, a secretaria executiva da CNPU será formada por uma equipe de oito técnicos. O secretário executivo será o arquiteto gaúcho Jorge Francisconi, que foi o coordenador do estudo sobre a política nacional de desenvolvimento urbano, iniciado em 1973 e concluído em fevereiro deste ano, que deu base ao decreto-lei de 5 de junho que criou a CNPU. Confirmou-se, assim, a hipótese de que planejadores experientes tinham participado de sua elaboração. Francisconi é doutor em Economia Urbana pela Universidade de Siracuse, EUA, organizou o curso de pós-graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é assessor da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul.

Outros nomes a serem confirmados na instalação oficial da CNPU são os dos arquitetos Militão de Morais Ricardo, gaúcho, e Ricardo Pontual, carioca, além do economista Valdemar Otani, do IPEA — Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas. A secretaria executiva será composta também por especialistas de outras áreas — sociólogos e um advogado com experiência em legislação municipal, uso do solo — formando uma equipe interdisciplinar. A presença de três arquitetos na secretaria executiva da CNPU representa uma grande abertura para o Instituto de Arquitetos do Brasil, na medida em que implica na orientação da política urbana sugerida de acordo com a visão do urbanista. (Um dos receios era o de que, embora a estratégia do decreto fosse correta, sua aplicação fosse distorcida.) Mas o IAB reivindica também uma posição na Comissão — numa função consultiva — para encaminhar diretamente, no plano oficial, as sugestões da classe para a correta implantação da política urbana adotada.

Congratulações a Velloso

O Conselho Superior do IAB, reunido em Vitória, elaborou um documento apresentando a posição do Instituto com relação à criação da CNPU. O texto, que foi encaminhado ao Secretário do Planejamento, Reis Velloso, é o seguinte:

"No momento em que se reúne na cidade de Vitória, no Espírito Santo, o Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil, órgão filiado à União Internacional de Arquitetos, tem a honra de apresentar a V. Excia. as congratulações dos arquitetos brasileiros pela criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana. Essa comissão está destinada a exercer uma importante função no equacionamento de uma política urbana no Brasil. Sua criação corresponde a uma inspiração reiteradamente expressa pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

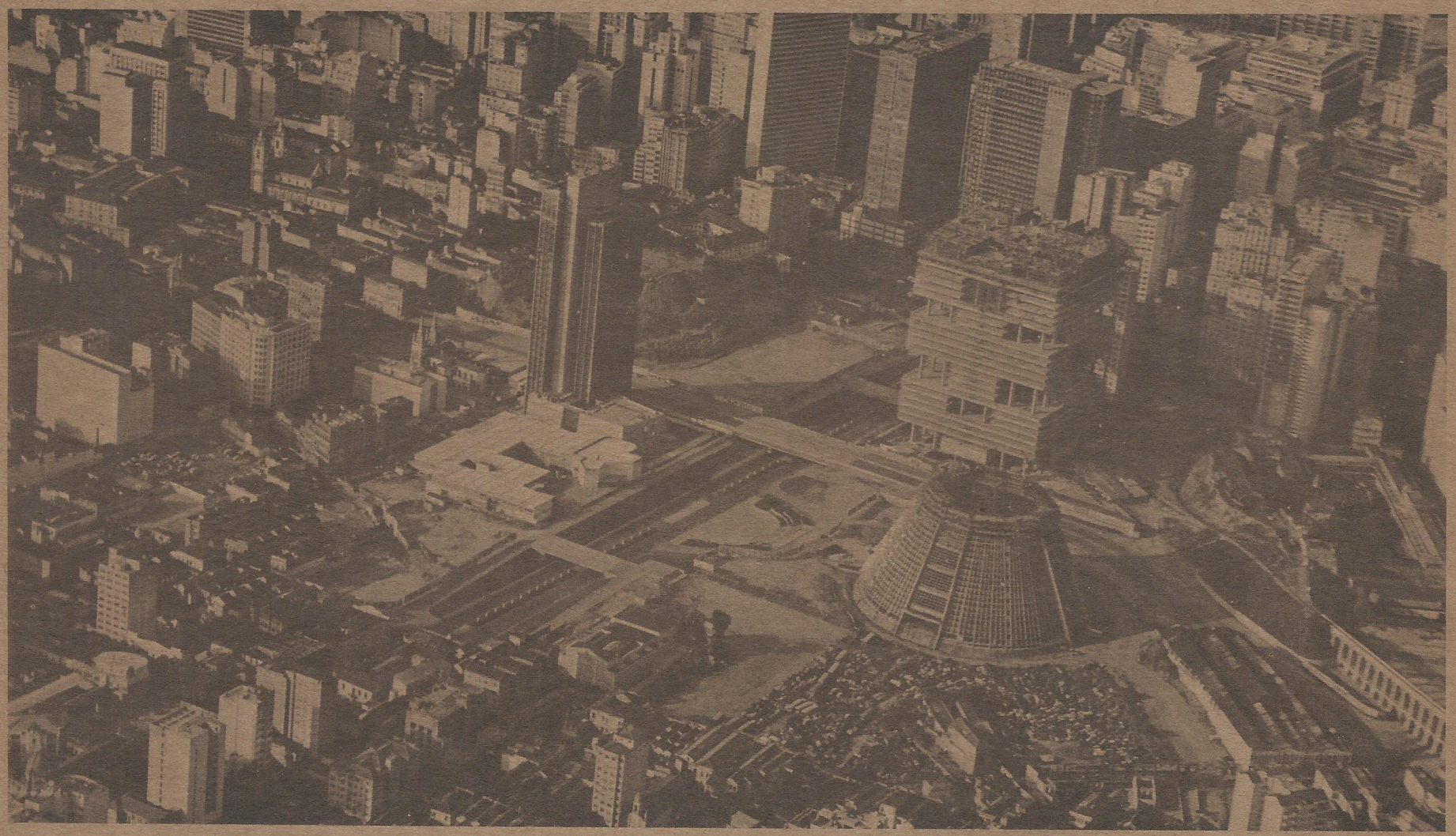
"Estamos certos de que teremos repetidas oportunidades de dar a nossa contribuição à CNPU, transmitindo-lhe as experiências e as aspirações de uma classe dedicada integralmente ao estudo e à organização do espaço habitado. O estudo dos problemas urbanos constitui uma das atividades permanentes do nosso órgão de classe.

"Esperando que o nosso desenvolvimento, com a necessária e urgente exploração e aproveitamento das imensas reservas naturais brasileiras, se faça de acordo com os interesses do conforto e do progresso das nossas populações urbanas e do enriquecimento do meio vital, acreditamos que a ação dessa Comissão possa vir a garantir a criação de projetos e planos peculiares à nossa formação, capazes também de se constituir em contribuição de interesse universal.

"É lícito confiar em que as atividades da CNPU venham a possibilitar uma integração das ações dos diferentes órgãos governamentais que atuam diretamente sobre o meio urbano e que venham a ampliar os recursos e meios que conduzam a uma concepção global do significado da cidade no desenvolvimento econômico, que é, mas também como principal instrumento da elaboração e afirmação da cultura brasileira".

O IAB de São Paulo apresentou em

O IAB-SP apresentou em Vitória um documento, elaborado por Sérgio Zaratin, que sugere uma hipótese preliminar de trabalho e a organização de um forum nacional.



Vitória um documento com subsídios para analisar como poderia ser a atuação do IAB junto à CNPU. O texto foi coordenado pelo arquiteto Sérgio Zaratin, um dos representantes do IAB-SP no Conselho Superior, e ressalta que "as linhas preconizadas na exposição de motivos representam uma média do consenso de opiniões que se pode obter, hoje, no país, quanto à política territorial e do espaço econômico, sendo suficientemente genéricas para deixar margem a definições mais precisas que apenas a prática efetiva de implantação de diretrizes de política urbana permitirá alcançar".

"Por isso", prossegue Zaratin, "creio que uma linha de ação principal do IAB com respeito à CNPU seria a de precisar o caráter, até certo ponto experimental e preliminar, das definições da exposição de motivos, ressaltando a perspectiva de um refinamento e uma reavaliação dessas definições no decurso da ação permanente da CNPU. Não me parece que se deva perder muito tempo com uma análise muito rigorosa daquelas definições em sua forma atual. Elas são boas e úteis enquanto servem para a implementação de um dispositivo necessário que é a CNPU. É à melhor organização desta e ao apoio efetivo que ela possa dar às tarefas de planejamento em todos os níveis que se deve voltar a atenção principal do IAB".

Ele propõe uma "contribuição eminentemente objetiva e conceituada, refletindo a vivência dos profissionais de arquitetura junto aos problemas do planejamento urbano e regional", citando, como hipótese preliminar de trabalho, os seguintes itens:

1. "A implementação da CNPU não pode prescindir ou ficar dissociada de um aumento da capacitação do poder público, a nível dos Estados, regiões e municípios" para a efetiva implantação das soluções de planejamento. Um dos principais entraves ao sucesso do planejamento está nesse nível: o aparelhamento insuficiente ou desatualizado dos órgãos públicos para prover, de forma permanente, a infra-estrutura informativa e técnica necessária; o exercício efetivo do poder de polícia administrativa, a ação conjugada para operacionalizar as tarefas de implantação, etc.

2. Através dos recursos disponíveis do BNH, é necessário aumentar a capacidade de os órgãos municipais e regionais contratarem — a níveis do mercado de trabalho — profissionais e consultorias para a tecnificação e modernização das estruturas administrativas e de sua rotina.

3. Promoção e garantia de um suporte financeiro para uma política fundiária a nível municipal, permitindo que os municípios disponham de estoques de áreas para desenvolvimento urbano.

4. Incentivo e subsídio ao desenvolvimento de programas de treinamento e pesquisas voltados para o planejamento urbano e regional.

5. Acelerar a criação de dispositivos de planejamento e de acumulação de dados com base regional, como infra-estrutura mais adequada para o suporte das atividades de planejamento local.

6. Promoção de estudos normativos, de grande alcance, especialmente quanto à legislação ligada ao planejamento regional e urbano, definição de normas e padrões para dimensionamento de equipamentos comunitários e de infra-estrutura, financiamento e custeio da urbanização. Essas medidas seriam subsídios necessários à modernização dos instrumentos de intervenção sobre o desenvolvimento urbano e a metodologia do planejamento, de forma geral.

7. Recursos Humanos.

Por outro lado, diz o estudo de Zaratin, "não há como dissociar a ação da CNPU com a da Secretaria do Meio Ambiente, já que a organização do espaço econômico nacional e da rede urbana em particular, a cargo da CNPU, é instrumento indispensável à efetivação de uma política ecológica de características antecipatórias e preventivas por parte da Secretaria, que, na falta daquele componente, corre o risco de ver sua ação canalizada em termos meramente corretivos e de pouco alcance".

O IAB deve reivindicar a participação de um representante na Comissão, "de posse dos resultados dos conclaves e elaborações promovidos pelos arquitetos e de um quadro de proposições concretas a respeito da CNPU", acrescenta Zaratin, que sugeriu, ainda, a organização de um Forum Nacional sobre política territorial e do espaço econômico (sugestão aprovada). O temário proposto por Zaratin engloba sete itens:

1. Experiência e proposições dos arquitetos sobre política territorial e do espaço econômico;
2. Situação e perspectivas dos quadros técnicos do país para a efetivação de uma política territorial e de espaço econômico;
3. Diretrizes de organização do espaço econômico e da rede urbana a nível nacional, suas alternativas, origens ideológicas e tecnológicas e principais características;
4. Metodologia para o planejamento regional e urbano no Brasil;
5. Infra-estrutura informática para o planejamento regional e urbano e sua situação no Brasil;
6. Necessidades institucionais para o planejamento no Brasil e
7. Financiamento da urbanização no Brasil e o papel do mercado imobiliário.

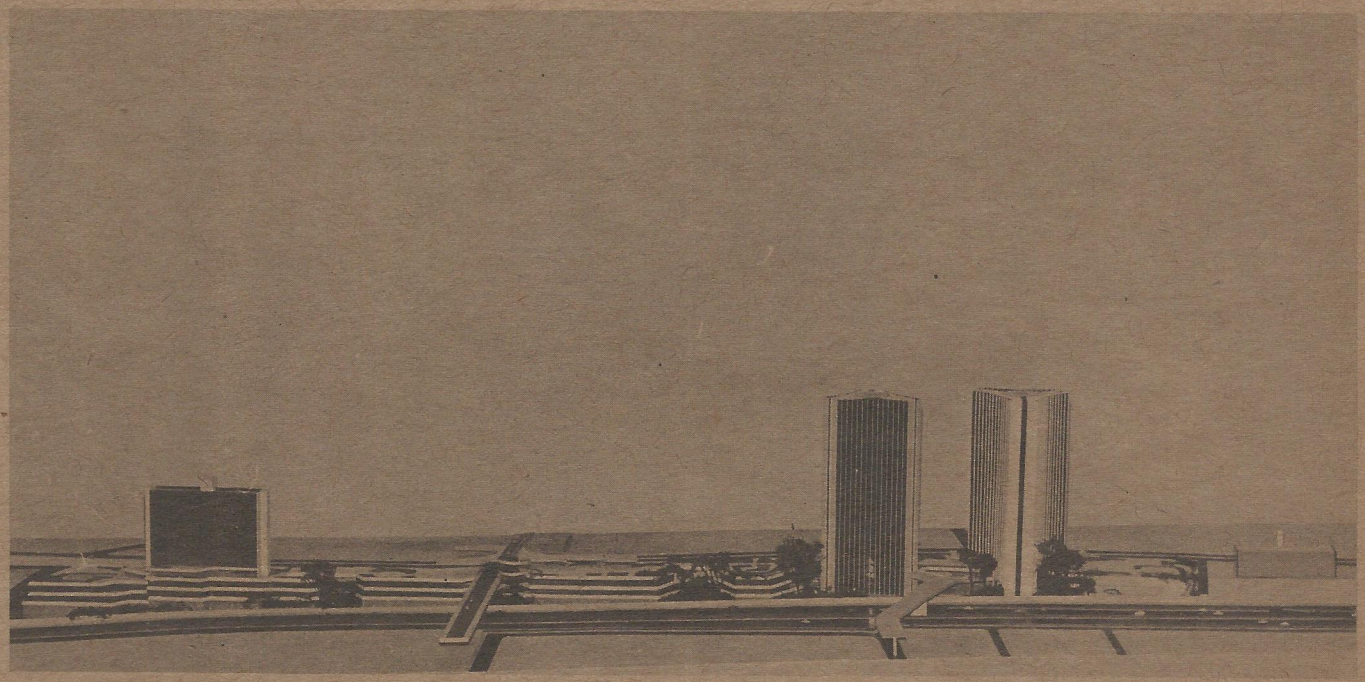
Notícias

O Consórcio Guarantã/Servlease venceu a concorrência para a reurbanização do Vergueiro. Na Bahia, um convênio cultural promove debates sobre os problemas da comunidade.

Consórcio Guarantã vence concorrência da Vergueiro

O Consórcio Guarantã / Servlease (Prourb) venceu a concorrência da Emurb — Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo — para a reurbanização do Vergueiro, com a média 8,13 (ver **Arquiteto** 16). Os outros concorrentes foram os consórcios CRV (Formaespaço) e Esplanada (Adolpho Lindenberg). O projeto de reurbanização foi elaborado pela equipe formada pelo arquiteto Roger Zmekhol (projeto arquitetônico), Intarco S.A., (projeto eletromecânico), Mário Franco/Júlio Kassoy (projetos estruturais), Entorno (paisagismo) e Consultrix (fundações).

A reurbanização do Vergueiro, na parte intermediária da linha norte-sul do metrô, terá aproximadamente 300 000 m² de área construída, numa área de 38 000 m², com custo avaliado em cerca de Cr$ 600 milhões. O projeto da Prourb prevê duas torres de escritórios com 62 000 m² cada (pavimentos de 1 700 m²), com heliportos. Na parte mais baixa, um hotel com 238 apartamentos-suítes, com música ambiente, piscina, bar, restaurante, fisioterapia, pequenas butiques. Os edifícios apóiam-se sobre uma grande praça ajardinada — que funcionará como ponto de atração para o conjunto — com mercado de flores, feiras de arte, rinque de patinação, **play-ground**, música ambiente. Através de rampas suaves, chega-se a um centro comercial que deverá servir também moradores dos bairros vizinhos. Os dois níveis do "shopping center" integram-se à estação do metrô no Vergueiro, com uma saída natural através de rampas e escadas rolantes. O centro de compras disporá de cinemas, teatro, auditório para convenções, lojas de departamento, supermercado, butiques. Sob o "shopping" haverá um estacionamento com 92 000 m² de área, com capacidade superior a 3 000 carros, que servirá tanto aos usuários do metrô como aos clientes do centro de compras. O projeto prevê ainda uma ligação sobre a Vergueiro para a praça Santo Agostinho, destinada a veículos e pedestres, com abrigos para táxis e ônibus e acesso à estação do metrô.



Bahia: iniciativa para sistematizar a análise interdisciplinar

As entidades de profissionais liberais da Bahia mantêm, desde dezembro do ano passado, um convênio cultural, com o objetivo principal de desenvolver a reflexão crítica baseada numa abordagem interdisciplinar, procurando-se "realizar uma visualização de problemas sobre temas que favoreçam a superação dos enfoques compartimentados herdados da formação universitária de cada categoria profissional". As atividades do convênio voltam-se sobretudo para os problemas comunitários, enfoque que permite, assim, uma abordagem múltipla e complexa, assegurando o êxito da proposta.

A idéia do convênio surgiu em fins do ano passado, durante a Semana de Urbanismo de Salvador, que reuniu agrônomos, arquitetos, engenheiros e economistas. O IAB da Bahia promoveu, logo em seguida, um encontro para dar continuidade aos trabalhos sob uma perspectiva interdisciplinar, analisando temas de caráter comunitário. O convênio já realizou três debates este ano: em abril, sobre problemas urbano-sociais de Salvador, com três expositores (um engenheiro, um arquiteto e um sociólogo), e em junho, sobre o abastecimento alimentar na Região Metropolitana de Salvador, com conferências de dois agrônomos e um perito em economia agrícola. Em agosto, houve outro encontro, versando sobre Saúde Pública.

O Convênio foi firmado por 13 entidades de profissionais liberais da Bahia: IAB, Instituto de Economistas, Clube de Engenharia, Associação dos Sociólogos, Associação Baiana dos Psicólogos, Associação Baiana de Medicina, Sociedade de Medicina Veterinária, Associação Brasileira de Enfermagem (seção Bahia), Associação Baiana de Biologia, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Associação dos Assistentes Sociais, Associação dos Bibliotecários e Associação Brasileira de Odontologia (seção Bahia). A experiência vem sendo discutida em outros Estados: entre agrônomos, em São Luís do Maranhão; economistas e arquitetos, no Recife; sociólogos e assistentes sociais, em Belo Horizonte; bibliotecários, em São Paulo; e profissionais de diversas áreas em Brasília. A coordenação do convênio tem recebido pedidos de informações mais detalhadas sobre a estrutura da iniciativa.

A idéia é evitar a formação de uma estrutura burocratizada: o convênio é uma solução simples e flexível. Nos debates, o tempo é dividido em palestras e discussões. A exposição não deve ultrapassar o limite de uma hora e cada aparte tem a duração média de 3 a 5 minutos, para que haja uma boa participação do público. O tempo e a ordem das intervenções é controlado pela coordenação. Após o debate, a coordenação procede a uma avaliação — para corrigir as falhas observadas — e define o tema seguinte. Duas entidades são encarregadas da preparação e programação do outro encontro, responsabilizando-se pela escolha dos expositores, local, data, horário, divulgação, etc.

O convênio está tomando cuidados para que a participação das diversas áreas seja harmoniosa, sem distorções como a "freqüência desproporcional de algumas categorias profissionais em detrimento de outras". Pretende-se editar um boletim informativo para a divulgação das conclusões e, ao final de cada ano, será realizado um grande debate-síntese, na forma de seminário, para um balanço das atividades desenvolvidas no período.

Notícias

O escritório de Vilanova Artigas concluiu o estudo preliminar para a reorganização do Anhangabaú. O Conselho Superior do IAB está iniciando o II Inquérito Nacional de Arquitetura.

O novo Anhangabaú, no projeto de Artigas

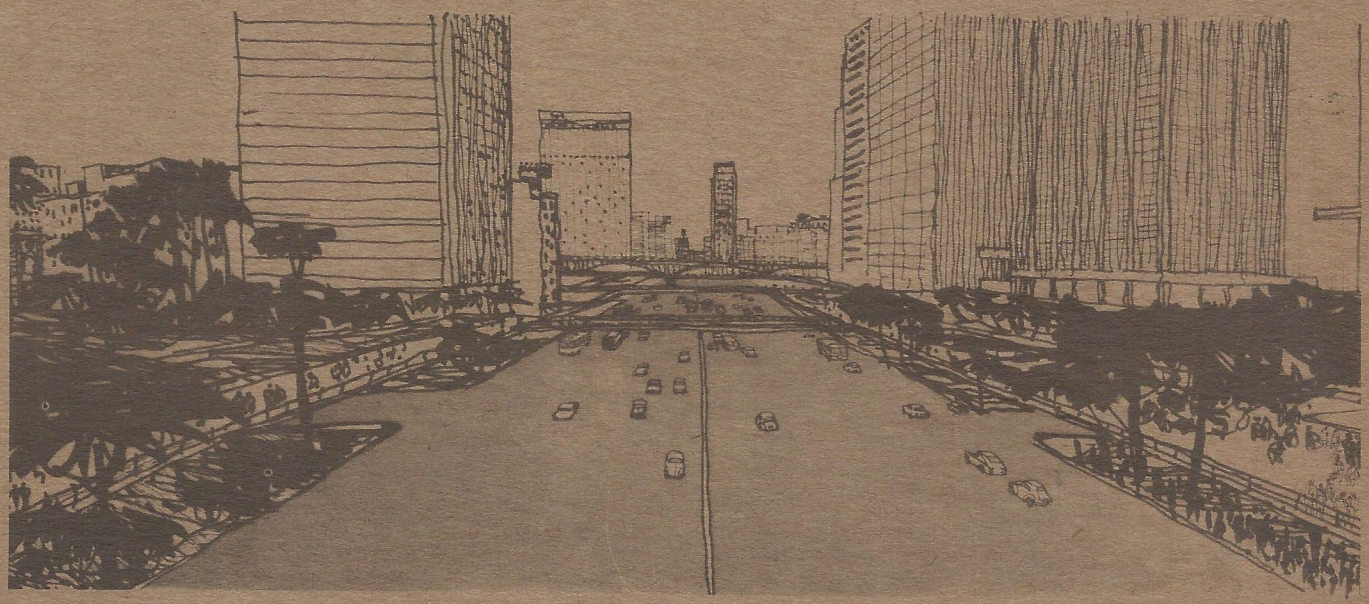
O escritório de Vilanova Artigas já está desenvolvendo o anteprojeto da reorganização do Vale do Anhangabaú. O estudo preliminar, entregue à Prefeitura Municipal de São Paulo, explica que o trabalho deve "reivindicar para a área a imagem que já teve no passado". O Vale, segundo Artigas, é "uma das mais ricas regiões paisagísticas de São Paulo" e o Parque do Anhangabaú "deverá continuar a desempenhar a função que sempre teve de local destinado às mais importantes festas e manifestações populares", sendo também "a chegada monumental a São Paulo".

Para a instituição desses objetivos no espaço urbano, as vias laterais de tráfego, nas encostas do Vale, deverão ser reconquistadas para o pedestre, através de dois largos passeios interligados por passarelas e por mobiliário de lazer. Essas duas grandes calçadas poderão servir de arquibancadas para festas cívicas ou populares.

Na parte norte do Vale, os recursos existentes em áreas verdes serão organizados de forma a complementarem "o programa de marcha a pé e lazer proposto". Os monumentos históricos e artísticos existentes serão salientados na formação da paisagem. Na zona sul do Parque, as encostas do Vale deverão ser recuperadas até o túnel Nove de Julho, que por sua vez será remodelado e alargado. "Os edifícios à margem da via, nesta região", salienta o estudo, "estão ameaçados de decadência inteiramente indesejável para a importância do Vale."

O trecho entre o túnel e o rio Pinheiros deve merecer uma regulamentação do uso do solo, corrigindo antecipadamente "vícios de convivência entre o tráfego do automóvel e o do pedestre"; o trecho entre a rua Groenlândia e a ponte da Cidade Jardim será retificado.

Os dois terminais de ônibus localizados nas pontas do Parque do Anhangabaú — Praça da Bandeira e Pedro Lessa — serão ligados pelo sistema de marcha a pé. O sistema de rótulo do Vale, aperfeiçoado, permitirá o fluxo de trânsito sem semáforos e definirá a marcha a pé no centro da cidade, em redor do Parque.



II Inquérito Nacional de Arquitetura

Até o dia 30 de setembro os departamentos estaduais do IAB deverão encaminhar ao Conselho Superior a relação dos nomes escolhidos para depor no II Inquérito Nacional de Arquitetura, que está sendo coordenado pelos arquitetos José Carlos Córdova Coutinho e José Maria Sales Lessa. O objetivo da pesquisa é um levantamento global da situação da arquitetura brasileira. Serão entrevistados cerca de 5% dos arquitetos de cada departamento, constituindo uma amostragem que reúne as diversas gerações, tendências e formas de exercício profissional.

Por outro lado, depoimentos de profissionais de reconhecida experiência e contribuição (ao nível de obras realizadas) e debates de conceitos visando caracterizar a posição da arquitetura brasileira permitirão avaliar perspectivas futuras e sua situação em relação ao avanço dos movimentos internacionais.

O I Inquérito foi realizado em 1961, quando o crítico e poeta Ferreira Gullar e o arquiteto Alfredo de Britto (do IAB-GB) coordenaram uma pesquisa para o Suplemento Dominical do "Jornal do Brasil" visando a um levantamento da arquitetura brasileira. Dois critérios foram adotados para a seleção dos nomes: a) arquitetos que participaram da implantação da Arquitetura Moderna no Brasil e que haviam adquirido notoriedade no exercício da profissão; e b) arquitetos jovens.

Como continuidade aos trabalhos iniciados por Gullar e Britto, o Conselho Superior do IAB organizou o II Inquérito, com objetivos mais amplos — a partir, inclusive, da amostragem — estabelecendo seis temas para a abordagem da pesquisa:

1. Situação histórica da arquitetura brasileira: Situação do arquiteto e da arquitetura brasileira face à atual conjuntura sócio-cultural do país, seus problemas teóricos e técnicos e sua posição em relação aos avanços e tendências internacionais.

2. Formação: Problemas do ensino de arquitetura no Brasil. Graduação. Pós-graduação. Aperfeiçoamento. Especialização. Novas escolas. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. Estágios pré-profissionais, etc.

3. Prática profissional: a) Política profissional — associações, sindicatos, IAB. Conduta profissional. Proteção ao know-how nacional. Divulgação da arquitetura brasileira em nível nacional e internacional. Exposições. Congressos. Concursos. Bienal de Arquitetura. Participação de arquitetos brasileiros em comissões técnicas em nível internacional. Direito de autoria. b) Forma de Exercício profissional: serviço público. Empresa privada. Profissional autônomo, etc.

4. Planejamento urbano e regional: Áreas metropolitanas. Cidades novas. Cidades históricas. Renovação urbana. Política de ocupação do território nacional. Deterioração urbana. Preservação do meio ambiente, etc.

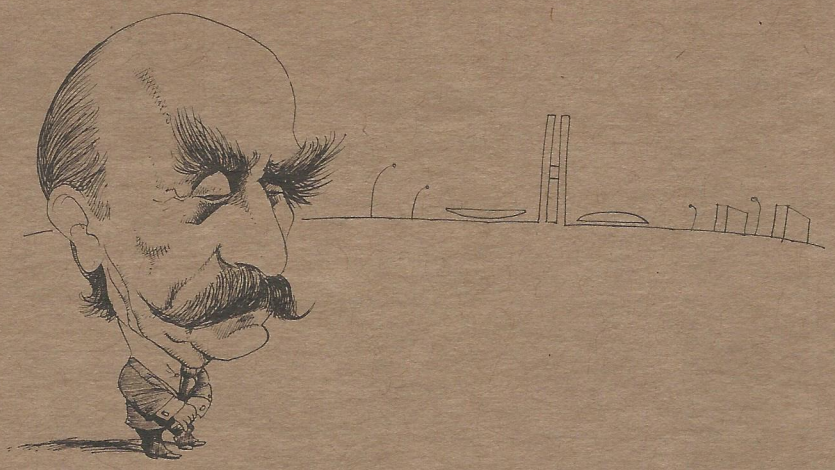
5. Habitação: Habitação para camadas de renda mais baixa. Política e realizações do BNH. Propostas alternativas dos arquitetos.

6. Patrimônio Histórico: Política de preservação e conservação do Patrimônio Histórico Nacional. A condução do problema pelos órgãos do governo. Participação e sugestões dos arquitetos em relação à sua conservação e preservação. Implicações na formação profissional.

Além disso o Inquérito vai promover uma coletânea de documentos (plantas, fotos, etc.) para ilustrar a amostra com a produção arquitetônica recente e significativa dos principais centros profissionais do país.

Lúcio Costa revisita Brasília, após onze anos de ausência, e fala sobre a cidade que criou. Os problemas do Distrito Federal foram discutidos num seminário organizado pelo Senado.

A volta de Lúcio Costa a Brasília



Após onze anos de ausência, o urbanista Lúcio Costa retornou a Brasília, para inaugurar — com uma palestra — o Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, promovido pela Comissão do Distrito Federal do Senado (que, por lei, é o Poder Legislativo do DF). O Seminário reuniu especialistas entre 5 e 21 de julho, e, segundo o senador Catete Pinheiro, presidente da Comissão, "Lúcio Costa voltará agora a dar assessoria técnica ao governo do Distrito Federal, quando for preciso, e participará dos estudos que forem necessários".

A volta de Lúcio Costa a Brasília representa uma reorientação no planejamento urbano de Brasília: o próprio governador do DF, o eng.º Elmo Serejo Farias, empenhou-se nos contatos com o urbanista, indo pessoalmente ao Rio para manter entendimentos preliminares com ele. Uma atitude promissora e que revela a preocupação de manter o espírito proposto pelo plano-piloto. A administração anterior — de Hélio Prates da Silveira —, ao contrário, pretendia uma revisão para a "adequação à nova realidade", cometendo vários erros.

"A cidade que inventei se adensou e se transformou e agora me surpreende pelo vulto", disse Lúcio Costa na abertura do Seminário, frisando que suas preocupações voltavam-se para os problemas atuais e futuros, não lhe interessando "divagações sobre o passado". O urbanista demonstrava a emoção do reencontro após uma longa ausência.

O principal problema a ser abordado — disse ele — é o da implantação do centro urbano "no lodal onde foi especificamente determinado", ou Brasília poderá ficar "claudicante e anômala", em um ponto de convergência. "O que está sendo construído atualmente está sendo levantado de maneira inadequada, pois infelizmente os pavimentos térreos não foram tratados de forma devida para atrair a população para aquela área", observou o urbanista. Mas não é necessário dramatizar as situações, pois os problemas de Brasília poderão ser corrigidos, desde que estudados devidamente: "Ainda temos muitos passos a dar e poderemos corrigir as distorções".

Houve distorções que acabaram sendo institucionalizadas: a avenida W-3, onde se concentra o comércio em Brasília, foi projetada para ser uma via de abastecimento dos estabelecimentos comerciais das superquadras da Asa Sul, que tinham os fundos voltados para essa rua. É uma avenida relativamente estreita, destinada a caminhões, para descarga de mercadorias. Mas uma primeiro loja voltou a frente para a avenida e as outras foram fazendo o mesmo, transformando-a num centro de comércio. Por isso foi necessária a instalação de sinais luminosos para pedestres, não previstos por Lúcio Costa.

A situação do pedestre também preocupou Lúcio Costa: "O sistema está desarticulado e é preciso conectá-lo para que o pedestre possa percorrer a cidade de um canto a outro com tranqüilidade e segurança". A experiência das superquadras, na sua opinião, teve bons resultados. Mas é necessário manter o gabarito de seis pavimentos, para manter a intimidade e segurança e a concepção horizontal da cidade, envolvendo os aspectos gregário, monumental, cotidiano e bucólico (as áreas verdes).

A ausência do verde nas superquadras chocou Lúcio Costa, que sugeriu o plantio de vegetação de copa densa, como a **ficus religiosa, ficus benjamina** e **ficus microcarpa.** Na Praça dos Três Poderes, o cerrado deveria ter sido conservado, pois, "com sua natureza agreste, representaria o povo sofrido que é o baldrame da nação". Como solução, ele sugeriu a composição de uma nova paisagem, com pinheiro-do-paraná.

"Neste momento, deve-se impedir que a cidade, através das vias de conexão com os núcleos satélites, venha a se interligar por uma orla urbanizada, que, no meu entender, deverá ser preenchida por núcleos agrícolas, onde as atividades industriais compatíveis também devem ser incrementadas", concluiu Lúcio Costa.

O Seminário

O Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília foi encerrado no dia 21 de julho e as recomendações foram encaminhadas ao governo do Distrito Federal. O senador Catete Pinheiro, presidente da Comissão do Distrito Federal do Senado, órgão que promoveu o encontro, disse ao **Arquiteto** que, "utilizando uma expressão usada por Lúcio Costa, Brasília é uma realidade nova em relação ao planejamento inicial, e que somente está a reclamar medidas complementares que não fujam da filosofia inicial do plano. Há pequenas distorções que foram motivadas principalmente pela falta de uma continuidade do trabalho do urbanista. Mas agora o governo procura retomar os caminhos normais e temos a convicção de que poderemos corrigir a tempo as distorções observadas".

Lúcio Costa inaugurou o seminário no dia 5. No dia seguinte, os professores Décio Munhoz e Aldo Paviani, da Universidade de Brasília, abordaram o tema "Brasília, Confronto entre o Planejamento Urbano Original e a Realidade de Hoje: Perspectivas para o Futuro". Participaram do painel o prof. José Carlos Coutinho (UnB), eng.º Geraldo Orlandi (da Coordenação da Secretaria de Viação de Obras do DF), eng.º Cloraldino Severo (presidente do GEIPOT) e eng.º Gilberto Sobral (da Cia. de Desenvolvimento do Planalto).

O programa cumprido pelo encontro foi o seguinte:

- "Distrito Federal: o Governo e a Comunidade", conferência do eng.º Henrique Brandão Cavalcanti, secretário-geral do Ministério do Interior.
- "Humanização das Cidades", conferência do arquiteto Jaime Lerner, prefeito de Curitiba.
- "Brasília, Institucionalização do Planejamento Urbano como Processo e Adequação do Plano Piloto Original à Realidade em Evolução", painel com a participação do prof. Ricardo Farret (UnB), eng.º Lúcio Gomide (secretário da Viação e Obras do Governo do Distrito Federal), arq. Alfredo Gastal (Ministério do Interior), arq. Amílcar Chaves (IAB), economista Jardel de Paula (Cia. de Desenvolvimento do Planalto) e prof. José Alexandre Diniz (UnB).
- "A Formação de Recursos Humanos para o Planejamento Urbano", conferência do arq. Miguel Alves Pereira, presidente do Conselho Superior do IAB.
- "Brasília, Problemas Sociais e Econômicos da Cidade no Confronto com suas Funções Básicas", painel com a participação do prof. Frederico de Holanda (UnB), embaixador Vladimir Murtinho (Secretaria da Educação e Cultura do DF), dom José Newton Batista (arcebispo de Brasília), Antonio Carlos Osório (representante das classes empresariais e profissões liberais do DF), prof.ª Inês Ferreira (UnB), Júlio Quirino (representante da classe rural) e o jornalista Arnaldo Ramos (representante das classes trabalhadoras).
- Encerramento, com a palestra "Brasília, uma Realidade Urbanística e Administrativa do País", proferida pelo eng.º Plínio Catanhede, ex-governador do Distrito Federal.

FAUUSP promove cadastramento de arquitetos do país

Para facilitar seus processos de recrutamento de pessoal docente e de pesquisa, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAUUSP) está promovendo o cadastramento, em nível nacional, de arquitetos e profissionais de áreas afins. A pesquisa será colocada à disposição da ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura) e do IAB, servindo como elemento de apoio para a ampliação do mercado de trabalho profissional e orientação dos poderes públicos nas tarefas de contratação de serviços.

Existem atualmente no Brasil 26 escolas de arquitetura, das quais 15 de fundação recente. Ao mesmo tempo, novos campos de atividade profissional estão sendo abertos ou consolidados, provocando um aumento significativo de demanda de pessoal, especialmente qualificado. O cadastro será um elemento de grande valia para a promoção do mercado de trabalho, principalmente através do IAB e ABEA.

Para se inscreverem no cadastro, os profissionais arquitetos e de áreas afins devem remeter os dados ao **Arquiteto,** que os remeterá à FAUUSP, organizados em duas partes: o cadastro propriamente dito e o **curriculum vitae.**

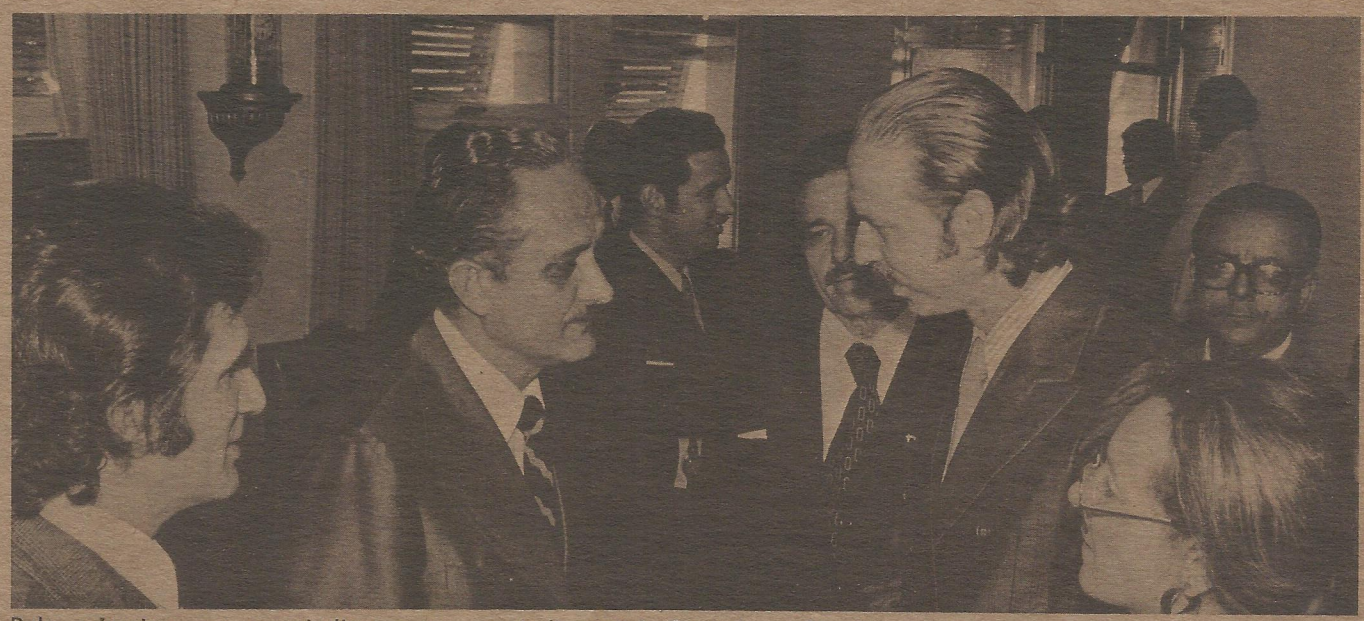
O cadastro deve conter, por ordem, os seguintes elementos: nome; filiação; data, cidade e local de nascimento; nacionalidade; estado civil; carteira de identidade; CPF; profissão; documento de habilitação profissional; endereço residencial; endereço comercial; conhecimento de línguas (que lê, entende, fala ou escreve); e áreas principais de atividade (Projeto de Edifícios, Planejamento Urbano, Planejamento Regional, Programação Visual, Desenho Industrial, Paisagismo, História e Estética, Fundamentos Sociais, Tecnologia Aplicada, Instalações, Métodos, Administração).

O preenchimento do **curriculum vitae** deverá ser feito em separado, de acordo com o seguinte roteiro: 1) Principal área de atividades e interesse pessoal; 2) Cursos de formação profissional; 3) Cursos de pós-graduação, extensão e aperfeiçoamento; 4) Associações técnicas e profissionais; 5) Participação em congressos, seminários e simpósios; 6) Atividades didáticas; 7) Trabalhos publicados; 8) Atividades exercidas; 9) Projetos e estudos; 10) Viagens de estudos e pesquisas; 11) Cursos de complementação.

O cadastro e o **curriculum vitae** (em envelope fechado), organizados de acordo com essas instruções, devem ser remetidos para:

Jornal Arquiteto
Cadastramento de Profissionais Arquitetos
Rua Frei Caneca, 322 — Térreo
01307 — São Paulo, SP.

Sindicatos de Arquitetos se reuniram na Guanabara



Peter Schweitzer, coordenador do encontro entrega as resoluções do simpósio ao ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho.

Pela primeira vez, os sindicatos e associações profissionais de arquitetos se reuniram para debater o estabelecimento de um programa básico conjunto, a definição de uma política sindical e estudar a formação da Federação Nacional dos Sindicatos de Arquitetos, para solucionar o problema da representação em nível nacional. Durante o I Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos, que reuniu, de 15 a 17 de agosto, na Guanabara, os sindicatos da Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, e as associações do Pará, Pernambuco e Minas Gerais, foram analisados também aspectos do mercado de trabalho, fiscalização do exercício profissional e assistência jurídica e sindical.

A Federação Nacional de Sindicatos de Arquitetos ainda não pode ser formada, porque a legislação em vigor exige um mínimo de 5 sindicatos e, por enquanto, os arquitetos têm apenas 4. A implantação da Federação deverá ser iniciada assim que Pernambuco ou Minas Gerais receber a carta sindical. No dia 16, o sociólogo José Carlos Durand lançou seu livro "O Arquiteto", editado pelo CREA 5.ª Região.

Na próxima edição do **Arquiteto,** ampla matéria sobre o Encontro Nacional de Sindicatos, organizado pelo Sindicato da Guanabara.

Bronzearte oferece a alternativa para o seu projeto de iluminação.

Linha completa de lustres
art-nouveau e coloniais,
ou a fiel execução do seu design.

BRONZEARTE
Rua Oscar Freire, 1732 Tel. 282-0459 - São Paulo

Convênio BNH

A importância do convênio BNH-escolas

A iniciativa do BNH para o desenvolvimento de estudos e pesquisas ao nível da universidade, familiarizando os futuros arquitetos com os problemas habitacionais brasileiros, através dos convênios com faculdades de Arquitetura e Urbanismo (ver **Arquiteto** n.º 16), foi recebida com satisfação pela ABEA — Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. Os acordos, que instituem um prêmio semestral de Cr$ 8 900,00 (100 Unidades Padrão de Capital) para o melhor trabalho dos alunos do último ano, representam, segundo o prof. Nestor Goulart Reis, presidente da ABEA e diretor da FAUUSP, "um passo fundamental para a ampliação da cooperação do banco com as universidades, visando à formação de recursos humanos e pesquisas, setores aos quais as nossas instituições têm muito a contribuir e muito a receber. Estamos certos de que essa aproximação será muito frutífera para ambas as partes".

O presidente da ABEA considera a iniciativa uma abertura importante. "As escolas de Arquitetura vão responder à altura a esse esforço de aproximação, contribuindo ainda mais para um campo que sempre esteve no centro de suas preocupações." Os trabalhos que serão desenvolvidos nas escolas poderão trazer novas perspectivas para a solução do problema habitacional brasileiro, pois "o banco define a forma deixando o projeto ao critério das escolas, liberando as instituições de ensino para encaminhar seus princípios da forma que julgarem adequada e deixando margem de estímulo à criatividade".

O papel da ABEA

A Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, na qualidade de representante dos 25 estabelecimentos de ensino de Arquitetura do país, está coordenando os contatos entre as faculdades e o BNH. "O importante", diz o prof. Goulart Reis, é que as escolas estão sendo consideradas em condições de igualdade pelo convênio."

Ao final do segundo semestre deste ano — fase da experiência-piloto, com a participação das Faculdades de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, da Bahia, Ceará e Brasília; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Souza e Silva, do Rio de Janeiro; Mackenzie e São José dos Campos, em São Paulo — a ABEA pretende realizar um balanço das atividades para enriquecer e ampliar a experiência. Possivelmente, os trabalhos mais significativos serão expostos na próxima Bienal de Arquitetura. Assim, escolas de todo o país estão representadas, possibilitando às faculdades uma "ampliação da consciência das condições de trabalho necessárias e o encontro de caminhos para o aperfeiçoamento".

Na reunião preliminar, em janeiro deste ano, quando o projeto e os objetivos do convênio foram apresentados aos diretores de faculdades de Arquitetura convidados pelo BNH, no Rio, as escolas se manifestaram pela coordenação — na medida do possível — de sua participação pela ABEA. E isso é interessante, podendo melhorar os resultados, porque permitirá a troca de informações e experiências entre as unidades. As informações e conclusões sobre a fase experimental do convênio serão divulgadas através do boletim da Associação.

"Nesse encontro", prossegue o presidente da ABEA, "sentiu-se a necessidade de um desenvolvimento mais detalhado dos objetivos do acordo, o que foi aceito pelo banco. Nessa ampliação, procurou-se evidenciar o interesse sempre demonstrado pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo pelos problemas habitacionais."

A FAUUSP — que o prof. Goulart Reis dirige — não está participando ainda porque o programa para este ano já estava pronto, mas pretende, no ano que vem, incluir o convênio no seu currículo. Entretanto, demonstrando o interesse pelo tema, uma das disciplinas está utilizando uma temática do campo habitacional, "que permite desenvolver uma experiência paralela já neste semestre."

Alguns alunos manifestaram receio de que a experiência fosse limitada por "modelos" impostos. Segundo o prof. Goulart Reis, é uma concepção distorcida dos fatos, provavelmente por falta de informações mais concretas.

"Durante a reunião entre os diretores de escolas e o BNH, o convênio foi debatido em todos os seus aspectos, e as modificações propostas — e aceitas — foram exatamente no sentido de assegurar, tanto na definição de objetivos quanto no esquema operacional, a plena autonomia das escolas — professores e alunos, portanto — quanto à orientação no desenvolvimento do trabalho. O que o Banco Nacional da Habitação deseja é que, em função da problemática habitacional tratada, os alunos e professores se familiarizem com os seus mecanismos de operação, especialmente aqueles referentes aos programas para atendimento das camadas populacionais menos favorecidas. E por esse motivo foi escolhido o problema do Planhap como tema básico."

"Mas ficou claro que a maneira de tratar o assunto seria de exclusiva responsabilidade dos orientadores, professores e alunos, porque inclusive a premiação também é decisão de uma comissão formada ao nível da escola, e não do BNH", frisa o prof. Goulart Reis.

Eleições no Sindicato de São Paulo serão no dia 18 de setembro

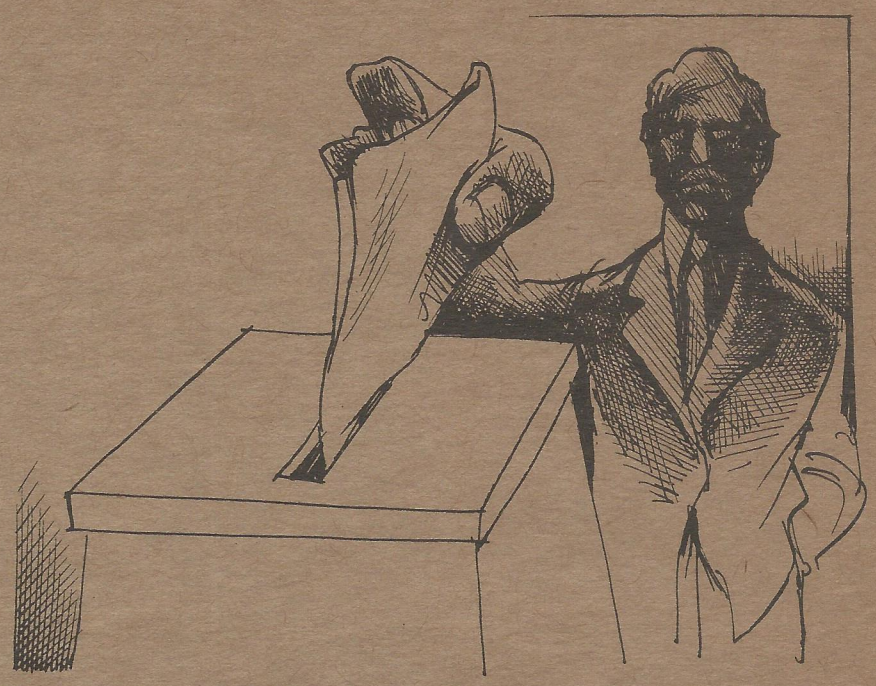
As eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo estão marcadas, em primeira convocação, para o dia 18 de setembro. A segunda convocação será no dia 25 de setembro e a terceira nos dias 1, 2 e 3 de outubro. No período que antecede o pleito, o Sindicato está promovendo uma série de encontros com arquitetos, nas empresas e na sede, para despertar o interesse dos arquitetos para os problemas da classe e os programas da entidade.

Com isso, pretendeu-se dinamizar a classe em torno da importância de questões como a do mercado de trabalho e atividade profissional, necessidade de assegurar a implantação em definitivo da própria entidade representativa e ampliar e formar lideranças sindicais. As reuniões evidenciaram o interesse por esses problemas, principalmente por parte dos arquitetos assalariados, que "perceberam a importância do significado que um organismo como o Sindicato tem na garantia da atividade profissional", segundo Geraldo Vespasiano Puntoni, candidato à presidência da entidade de classe.

Uma peculiaridade do Sindicato dos Arquitetos é sua representatividade heterogênea, pois reúne, ao mesmo tempo, arquitetos assalariados, autônomos e arquitetos empresários (às vezes empregadores), o que, segundo Vespasiano, "constitui um fator que dificulta o equacionamento de um programa perfeitamente ajustado aos diversos interesses da classe". Mas, de qualquer forma, o maior problema é o dos arquitetos assalariados, que devem, assim, comparecer intensivamente às eleições para defender seus interesses.

Sintomaticamente, a chapa formada no decurso das várias reuniões preparatórias — para as quais foram convocados todos os associados — é formada por uma maioria quase absoluta de assalariados, atuando em planejamento, edificação, obras públicas e acompanhamento de obras. A chapa, liderada por Geraldo Vespasiano Puntoni, propõe-se a desenvolver um programa baseado nos seguintes itens:

• Aprimoramento da organização sindical, através de um plano de sindicalização; reuniões com arquitetos assalariados em grandes empresas e do setor de obras públicas; a reivindicação de mudanças na legislação vigente para a sindicalização dos arquitetos funcionários públicos;



• Cursos para orientação profissional, como sobre as formas de organização do exercício profissional; orientação para a preservação da autoria e definição dos diferentes níveis de participação do arquiteto como autor; garantir formas de obter das empresas ou dos clientes atestados de participação, execução e autoria dos trabalhos realizados, enquanto assalariado, contratado ou consultor;

• Estabelecimento de contatos com a imprensa especializada e não especializada para a divulgação sistemática dos casos jurídicos que envolvam a atividade do arquiteto. Assim, a classe e o público em geral vão se familiarizar com a jurisprudência ligada à Arquitetura;

• Dar continuidade às atividades de assistência jurídica e contábil, que, diz Vespasiano, "têm destacado o Sindicato entre os profissionais e outras entidades de classe";

• Procurar, através do aprimoramento das atividades e organização do Sindicato, obter maiores recursos para a realização dos programas propostos;

• Formação da Federação Nacional dos Arquitetos: desenvolver trabalho, juntamente com outros sindicatos e associações de arquitetos, para a criação da Federação, que "reunirá as condições mínimas e necessárias para a representação dos arquitetos no nível federal";

• Traçar um plano de ação com o IAB, para o equacionamento eficiente dos programas comuns e sua execução, "procurando unificar os esforços na luta pelo desenvolvimento profissional, preservação dos valores da Arquitetura e para assegurar a efetiva e insubstituível participação do arquiteto no desenvolvimento da sociedade brasileira".

A chapa que concorrerá às eleições do dia 18 de setembro é a seguinte: **Presidente:** Geraldo Vespasiano Puntoni (Emurb); **Vice-Presidente:** Paulo Lúcio de Brito (Hidroservice); **Secretário:** Teru Tamaki (Escritório de Urbanismo e Arquitetura); **1.º Tesoureiro:** Ricardo Chahin (CESP); **2.º Tesoureiro:** Léo Bonfim Junior (City); **Diretor:** Sérgio Teperman (autônomo);

Suplentes: Helène Afanasief (Alfredo Paesani, Arq. Ass.); Nelson Andrade (Hidroservice); José Expedito Prata (Emurb); Luís Gonzaga de Camargo (Promon); Paulo Sérgio Souza e Silva (Promon); Ana Maria Dente (Hidroservice).

Conselho Fiscal: William Munford (Emurb); Rodney Guaraldo (São Caetano do Sul); e Antonio Melchor (Comasp). **Suplentes:** João Clodomiro de Abreu (autônomo), Maria Cecília Charlack (GPI); e Paulo Del Picchia (Emurb).

Não fique sem seu jornal
atualize seu endereço

Notícias

IAB-SP prepara a premiação anual

O IAB-Departamento de São Paulo está iniciando os trabalhos para a premiação anual de projetos, obras e textos de arquitetura, planejamento urbano e regional, paisagismo e trabalhos de desenho industrial aplicado à Arquitetura. As datas ainda não foram definidas, mas as inscrições devem ser abertas provavelmente ainda em setembro, encerrando-se na segunda quinzena de outubro. A premiação deverá ser feita na segunda quinzena de novembro ou início de dezembro e o júri será escolhido pelos inscritos, que, no ato da inscrição, indicarão três nomes: os mais votados serão os jurados. Os trabalhos premiados participarão da Premiação Bienal organizada pelo Conselho Superior do IAB.

O IAB-SP concederá prêmios (diplomas e, eventualmente — se houver patrocinadores —, recompensa em dinheiro) a obras e projetos de Arquitetura (habitação, edifícios, restauração), obras e projetos de Planejamento Urbano e Regional, obras de Paisagismo e Arquitetura Interior, peças de Desenho Industrial aplicado à Arquitetura, e trabalhos escritos sobre esses assuntos ou temas ligados à Arquitetura e Planejamento (ensaio e/ou crítica, estudos e/ou pesquisas, reportagem, etc.).

O júri poderá atribuir também menções honrosas. Poderão concorrer os trabalhos concluídos nos últimos dois anos (1972 e 1973), que não tenham participado de concursos ou qualquer outro tipo de premiação ou seleção. É requisito também ser arquiteto, sócio titular quites com o IAB.

No próximo número, **Arquiteto** publicará maiores detalhes sobre a premiação: outros requisitos para a inscrição, prazos, local, dimensões, e o regulamento do concurso.

Construção Civil tem encontro no Rio: II ENCO

O setor de Construção Civil vai analisar sua situação na atual conjuntura econômica do país, suas características (capacidade econômico-financeira, técnica, estrutura empresarial e recursos humanos), legislação e atuação dos órgãos de classe, no II Encontro Nacional de Construção, que terá lugar no Hotel Nacional do Rio de Janeiro, de 22 a 27 de setembro.

Promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção e Clube de Engenharia, o temário do encontro engloba vários aspectos que influem no setor, como a posição do engenheiro e do arquiteto na atividade (incluindo formação profissional, legislação, etc.); obras e serviços (licitação, contratação, fiscalização, regime legal, suportes financeiros, etc.); tecnologia da construção; desenvolvimento urbano e suas conseqüências no setor; planejamento urbano e regional.

Informações mais detalhadas podem ser obtidas com a Grunase — Grupo Nacional de Serviços — Rua Tonelero, 293, casa 1, tel. 237-0388 (Rio) ou rua Eng.º Edgar Egídio Sousa, 439, tel. 51-2291 (São Paulo).

Instituto Brasileiro de Planejamento

Foi fundado no Rio Grande do Sul o Instituto Brasileiro de Planejamento, visando congregar os profissionais de planejamento de todas as formações que estejam atuando nas áreas de planejamento no país. A assembléia geral de fundação foi realizada na sede do IAB/RGS, e a organização da nova entidade ficou a cargo de uma comissão coordenada pelo arquiteto Danilo Landó, engenheiro Roberto de Azevedo e Souza e assistente social Seno Antonio Cornely. Sede provisória: av. Borges de Medeiros, 244, 6.º andar, telefones (0512) 25-8777 e 24-5877.

Um projeto: o Banco Mundial da Habitação

A criação de um Banco Mundial da Habitação ou mecanismo semelhante para financiar programas habitacionais através da canalização de recursos: essa é uma das propostas da União Internacional das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, que reúne 620 instituições de 45 países. O assunto voltou a ser ventilado no 13.º Congresso Mundial da União Internacional, que reuniu, no Rio de Janeiro, 1 600 dirigentes e executivos do setor de poupança e crédito imobiliário e técnicos do mercado imobiliário mundial. Cerca de 1 200 eram estrangeiros, representando 42 países. Esse foi o primeiro congresso realizado na América Latina pela UIECIP nos seus 60 anos de existência. Um dos temas apresentados pelo Brasil foi a experiência do BNH, que opera com um sistema inédito: a correção monetária, que vem interessando bastante os sistemas financeiros de habitação de outros países.

Os tesouros da arquitetura paraense

O Governo do Pará está preparando o lançamento do livro "Antonio José Landi, arquiteto de Belém", do professor Donato Mello Jr. (Nacional de Arquitetura e Urbanismo), "a quem o Pará tanto deve na descoberta de tesouros culturais, notadamente o de Landi", segundo o governador Fernando Leon de Guillon.

O trabalho, que representa uma exaustiva pesquisa sobre a arquitetura colonial de Belém, foi duas vezes premiado pelo IAB da Guanabara (1968/72), reúne cinco pesquisas de trabalhos de Landi e três sobre a Catedral de Belém. O livro é ilustrado com trabalhos originais da época.

O Palácio do Governo, restaurado pelo arquiteto Roberto La Roque por iniciativa do governador Fernando Leon, representa uma das maiores construções do Brasil Colonial e tem papel de destaque na obra do professor Donato, carioca de Minas Gerais que muitos pensam ser paraense por causa de suas pesquisas.

Como a publicação da obra foi resultado de recomendação do IAB/GB, o livro deverá ser lançado no Pará e na Guanabara.

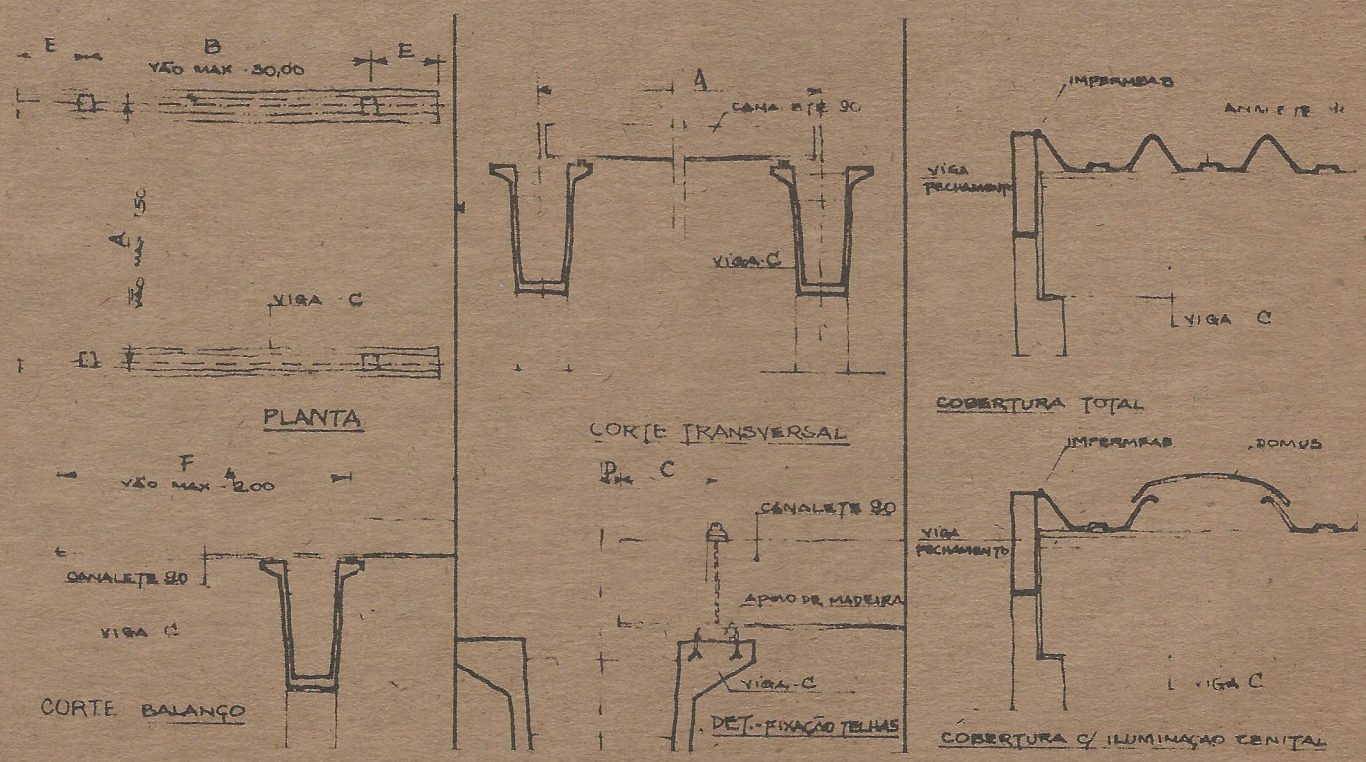
Sete anos de cura a vapor do concreto

As enormes e indiscutíveis reduções de tempo e custos proporcionadas pelo processo da cura a vapor do concreto fizeram com que, em apenas sete anos, este se transformasse numa realidade na construção brasileira. Empregada com absoluto êxito em dezenas de países em todo o mundo, a cura a vapor hoje contribui decisivamente para o cumprimento de prazos e economia de material e mão-de-obra. A Cura Concreto Científico Ltda., responsável pela implantação no Brasil deste processo, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos pelos fones 275-1313, 276-4109, 276-4327 e 276-4509, remetendo, por solicitação, um completo folheto técnico explicativo ou utilize-se do serviço de consultas do **Arquiteto.**

FOTOGRAFOS
FOTOGRAFOS
FOTOGRAFOS
ASSOCIADOS
Rua Cel. Oscar Porto 845
São Paulo fone 71 1957

Uma super-viga da Sobraf

A Sobraf já está produzindo a Viga C, pré-moldada em concreto protendido, com 35 metros de vão entre apoios, que permite espaçamento de até 7,5 metros entre os pilares, utilizada para cobertura com telhas de cimento amiánto (especialmente o Kalhetão da Brasilit e Canaleta 90 da Eternit). A Viga C é aplicada principalmente em instalações industriais, coberturas de supermercados, depósitos e grandes galpões de comercialização ou para cobertura "Shed" para indústrias (neste caso, 25 metros de vão entre apoios e 5 metros de espaçamento). É a maior viga pré-moldada disponível no mercado. Começou a ser fabricada para atender a uma faixa superior à da Viga W da Sobraf, que permite vão de 25 metros entre apoios. Para maiores informações utilize-se do serviço de consultas do **Arquiteto.**



Notícias

Arquiteto: novo salário mínimo inicial

O artigo 82 da Lei 5 194 estabelece que as remunerações iniciais de arquitetos, engenheiros e agrônomos — qualquer que seja a fonte pagadora — não podem ser inferiores a seis salários mínimos da região. Assim, atualmente, o mínimo profissional, na região de São Paulo, é de Cr$ 2 260,80, para até seis horas diárias de trabalho ou tarefa (Lei 4 950-A de 22/4/66, artigos 2.º e 3.º). Para jornadas maiores, a remuneração inicial será calculada tomando-se por base o custo da hora acrescido de 25% por hora excedente (artigo 6.º). Para o trabalho noturno, o profissional tem um acréscimo de 25% (artigo 7.º). Dessa maneira, as remunerações mínimas iniciais, na região de São Paulo, são as seguintes (de acordo com o salário mínimo vigente): jornada de até 6 horas de trabalho, Cr$ 2 260,80; 7 horas, Cr$ 731,80; 8 horas, Cr$ 3.202,80. Mesmo que o profissional trabalhe menos que 6 horas diárias (4 horas, por exemplo), a **remuneração mínima** estabelecida por lei é de 6 salários mínimos regionais. O arquiteto não deve, portanto, abrir mão da legislação, aceitando salário inicial inferior ao regulamentar, mesmo que a jornada seja menor que 6 horas.
Em caso de dúvidas, utilize o serviço jurídico que os sindicatos da Guanabara, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul mantem para atendê-lo.

Estudantes debatem: habitação popular

O III Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura (ENEA), organizado por grêmios e diretórios acadêmicos com a colaboração do IAB-SP, reunirá cerca de 400 universitários em Campinas, entre 30 de setembro e 4 de outubro, para discutir o tema "Habitação Popular nas Cidades", com a apresentação de projetos, trabalhos e teses. Estão programados três seminários. O primeiro terá como expositor um arquiteto indicado pelo IAB-SP, o segundo será uma exposição sobre uma experiência profissional, e o terceiro abordará o tema de uma maneira mais geral.

O local será o auditório do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A Prefeitura local também está colaborando, tendo providenciado parte do alojamento. Segundo a comissão executiva — formada pelo Curso de Campinas, FAUUSP, FAU São José dos Campos e Guarulhos — o tema "Habitação Popular" foi escolhido porque a matéria tem sido relegada a um segundo plano pelas escolas, "que estão voltadas cada vez mais para a formação de profissionais apenas em função do mercado de trabalho, distanciando-se desses problemas".

Eles pretendem abordar a problemática da habitação popular de uma maneira global, analisando inclusive os resultados da política habitacional vigente. Possivelmente serão apresentados trabalhos que serão encaminhados à UIA, que, por coincidência, promoverá em 1975 um concurso sobre "Habitação de Emergência".
A participação no Encontro está sendo organizada pelos diretórios acadêmicos. O endereço para contatos é: Comissão Executiva do III ENEA — Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUCC — Praça Imaculada, 105, Bairro Swift — 13100 — Campinas, SP.

O novo ritmo da COHAB do Pará

Segundo o arquiteto José Freire, nosso correspondente em Belém, a COHAB de seu Estado na gestão do arquiteto Cicerino Cabral do Nascimento construiu mais do que em todas as administrações anteriores. E, o que é importante reformulando todos os antigos conceitos sobre conjuntos populares de habitação.

Empresa árabe quer associação com arquitetos brasileiros

A Ziyad Zaidan Company, da Arábia Saudita, está interessada em associar-se a arquitetos e consultores brasileiros para realizar trabalhos naquele país, nas áreas de hospitais e clínicas; prefeituras e centros comunitários; universidades e edifícios institucionais; distritos industriais; centro de rádio e televisão; auto-estradas e rodovias; e infra-estrutura urbana (abastecimento de água e esgotos).
Os interessados devem dirigir-se a: Ziyad Zaidan Company, P. O. Box 1999 — Veddah — Saudia Arabia, enviando **curriculum vitae** e relação de obras executadas.

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília

O número 37 (junho, 74) da "Revista de Cultura Brasileña", editada pela Embaixada do Brasil na Espanha, traz um artigo sobre a Biblioteca Central da Universidade de Brasília, atualmente com um acervo superior a 200 000 volumes e cerca de 6 000 publicações periódicas. Foi implantada dentro de conceitos modernos — a centralização — que opõem-se ao inadequado e antieconômico sistema de bibliotecas dispersas por departamentos, faculdades e institutos, explica o texto de Elton Eugênio Volpini, diretor da Biblioteca.

O projeto arquitetônico procurou atender a essa concepção. O edifício é constituído de três níveis e sótão, ocupando uma área de 16,2 mil metros quadrados e com capacidade para abrigar cerca de um milhão de volumes e 2 000 leitores. As diretrizes do projeto foram elaboradas por Frazer G. Poole, especialista em arquitetura de bibliotecas, e retomado para reformulação pelo arquiteto José Galbinsky, com o apoio de uma equipe de bibliotecários.

Design Braun chega ao Brasil

O conhecido "design" da Braun — produto da Escola de Ulm, que retomou, na década de 50, os princípios da Bauhaus — chega ao Brasil. Em agosto, a empresa começou a comercializar seus produtos no Brasil, inicialmente um secador de cabelos para mulheres, um espremedor automático de frutas e um isqueiro eletrônico de mesa. Dentro de um ano, a linha terá 10 produtos. A Braun já está iniciando os estudos para a implantação de uma fábrica em São Paulo que deverá começar a produzir em 1975.

Sobraf procura arquiteto com experiência

A Sobraf — que atua na área de construções industrializadas — está ampliando seu departamento de arquitetura e procura arquiteto para coordenar as atividades de assistência técnica de projetos e serviços. Requisitos: o profissional deve ser formado há mais de 6 anos, com boa prática em prancheta e acompanhamento em canteiro de obras, particularmente em construções industriais e galpões comerciais. Não é necessária experiência em pré-moldados. Os interessados devem enviar currículo para : Sobraf Pré-Moldados — a/c Arquiteto Antonio Bergamin — av. Kenkiti Shimomoto, 221, Jaguaré, SP. Sigilo absoluto.

Austin inicia atividades com contratos de US$ 65 milhões

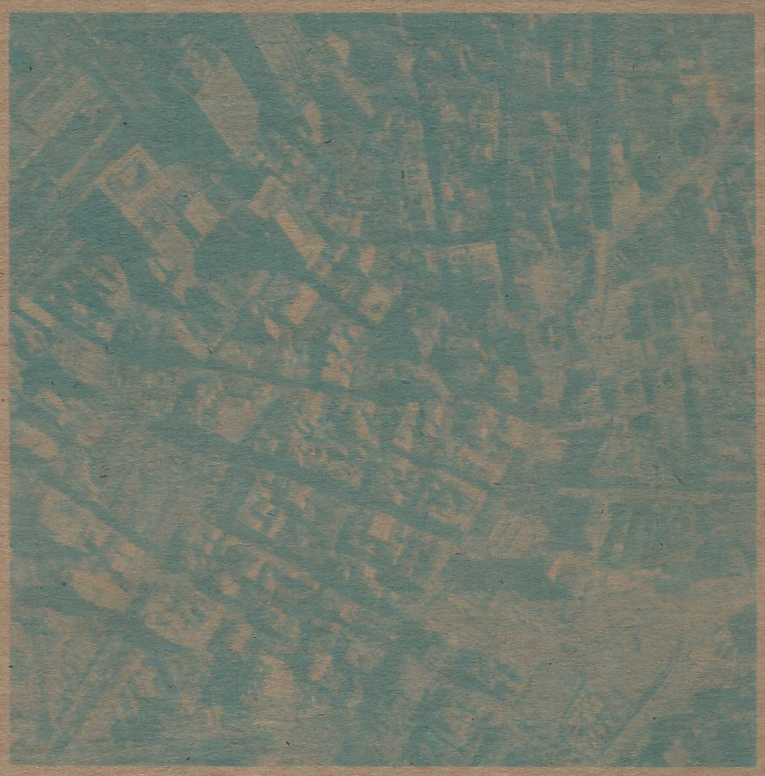
Acaba de ser instalada em São Paulo a sede da Austin Brasil — Projetos e Construções S.A. —, empresa subsidiária da "The Austin Company", um dos maiores grupos internacionais de consultoria, engenharia e construções. A nova empresa inicia suas atividades com contratos que prêem investimentos de cerca de 65 milhões de dólares (400 milhões de cruzeiros aproximadamente) em projetos já iniciados para uma fundição, uma indústria metalúrgica e uma terceira empresa, de produtos eletrônicos.
Para a presidência da empresa no Brasil foi nomeado o sr. Paul Lorenzo, que vinha dirigindo a Austin Processos em toda a Europa, e o sr. Charles B. Clark, transferido da direção geral da Austin da Austrália.
A nova organização, além do atendimento de clientes europeus com investimentos no Brasil, pretende difundir seu know-how às organizações nacionais.

Concept: novas idéias em materiais e "design"

Nos próximos meses, entrará no mercado da construção civil uma nova empresa: a Concept — Materiais Selecionados para Construção Ltda. — que pretende oferecer produtos de alta qualidade, com características inéditas de material e design, dirigindo-se sobretudo aos arquitetos e engenheiros. A empresa oferecerá, inicialmente, duas novas linhas de fechaduras de embutir, com espelhos e maçanetas em alumínio anodizado e material plástico e uma linha de fechos de segurança, fechaduras para armário e fechos de embutir. A equipe de Desenho Industrial da Concept é chefiada pelo conhecido "designer" Jerzy Zalszupin. Com escritório central na av. Nações Unidas, 1893, a Concept terá um "show room" com estacionamento na av. Faria Lima, 1745.

ARQUITETO

COGEP
Cadernos de Urbanismo
Número especial
O uso do solo urbano



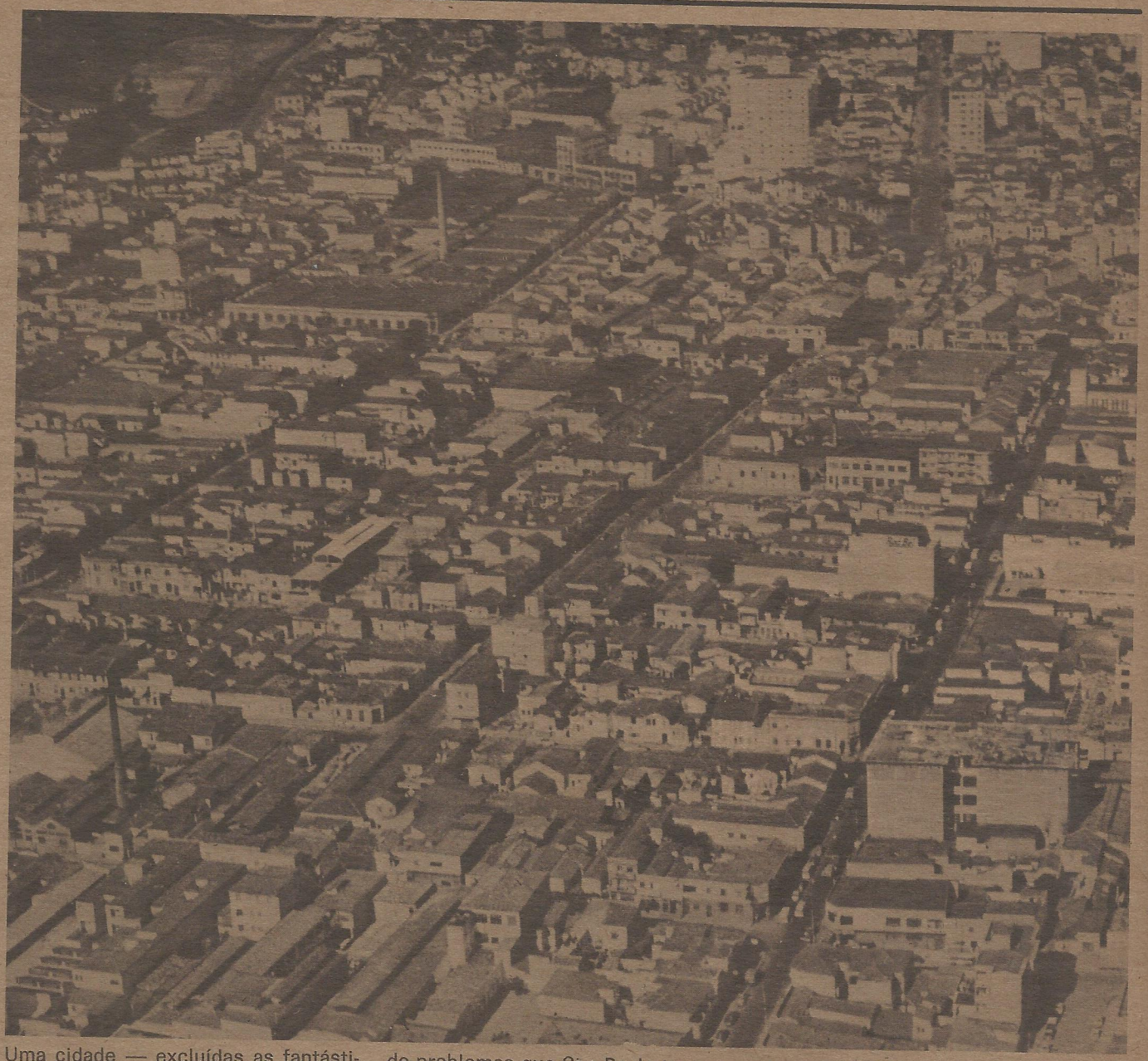
Capa de Vivaldo Tsukumo

USO DO SOLO URBANO

COGEP

Os problemas acumulados nas últimas décadas tornaram imprescindível e inadiável a intervenção do Poder Público para ordenar a ocupação e uso do solo

A necessidade de intervenção do Poder Público



Uma cidade — excluídas as fantásticas hipóteses aero-espaciais — desenvolve-se sempre sobre um território, onde os seus habitantes moram e exercem diferentes atividades. Como, em princípio, ninguém quer prejudicar os seus semelhantes, parece à primeira vista extremamente fácil distribuir os cidadãos sobre o pedaço de terra escolhido e, em cima dele, organizar de forma ideal o funcionamento das residências, das indústrias, das casas comerciais, das escolas e de tudo o mais que constitui uma cidade. Apesar disso, porém, a experiência humana tem demonstrado de forma evidente, às vezes dramática, que o processo espontâneo não leva a uma ocupação ideal, racional e nem mesmo razoável desse solo urbano. O choque de interesses, a falta de planejamento e de orientação, a ganância da especulação imobiliária e outros critérios irracionais de decisão individual ou comunitária em geral conduziram o processo natural do desenvolvimento urbano para o beco aparentemente sem saída do congestionamento do tráfego, da poluição ambiental, de zonas que se deterioram, das dificuldades de comunicação e de expansão das atividades.

Quando uma cidade acumula a soma de problemas que São Paulo tem agora — e já vem tendo nas últimas décadas — torna-se imprescindível e inadiável que o Poder Público intervenha com decisão e eficientemente, para tornar a ocupação e o uso do solo condizentes com as finalidades do aglomerado urbano e as necessidades da própria existência humana. Quanto maiores os problemas, no entanto, mais difícil se torna a intervenção capaz de resolvê-los. À medida que a gravidade da situação reclama, cada vez mais, uma ação do Poder Público, mais complicada e incrivelmente trabalhosa torna-se a tarefa de orientar o processo de crescimento e as demais transformações por que passa uma cidade.

No caso de São Paulo, embora tenha havido algumas tentativas anteriores, inclusive algumas normas incorporadas ao Código de Obras, pode-se dizer que a primeira iniciativa mais séria e abrangente de estudar a cidade para propor as medidas estruturais que ela reclamava foi tomada em 1957, através do trabalho realizado por uma equipe dirigida pelo padre Lebret. Esse foi realmente o primeiro mergulho em profundidade nos problemas da metrópole que, na época, mais crescia no mundo.

Depois do estudo do padre Lebret, o segundo momento de grande importância na história do planejamento urbano de São Paulo deu-se quando a Prefeitura Municipal, em 1966/67, resolveu dar prioridade à instalação de um sistema de transporte de massas, o metrô. O nível dos estudos e levantamentos necessários à definição deste sistema, exigiu uma série de especulações e definições de caráter urbanista e forneceu uma grande massa de informações. Decidida a construção do metrô, uma obra inevitavelmente fadada a provocar amplas conseqüências quer pelas providências — as desapropriações e os imensos buracos — exigidas para a sua construção quer pelos efeitos naturais do seu funcionamento quando concluída, criou-se a inadiável necessidade de importantes medidas paralelas. Em 1968, a confecção do Plano Urbanístico Básico, PUB, deu um impulso fundamental ao processo de conhecimento e normalização da cidade e do seu desenvolvimento.

São Paulo, porém, é — como se sabe — uma cidade intimamente envolvida pela teia da sua região metropolitana, a Grande São Paulo. Desse envolvimento, decorre a importância que tiveram para a Capital os estudos sub-regionais executados pelo Grupo Executivo da Grande São Paulo, o

Cogep

À Cogep, órgão central do sistema de planejamento do Município, cabe a tarefa de tornar específica a orientação geral do plano-diretor da cidade

Gegran, órgão da Secretaria do Planejamento do Governo do Estado, à mesma época da elaboração do PUB. Numa nova e igualmente importante etapa os estudos sub-regionais do Gegran foram associados ao PUB através de um amplo e minucioso trabalho de revisão crítica, e daí originou-se em 1970 o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, PMDI. Com esse plano, que se tornou desde a sua conclusão a referência básica da área metropolitana, estava cumprida a fase dos grandes na história da íngreme escalada do planejamento urbano de São Paulo. Das linhas gerais do PMDI surgiu o conjunto de normas destinado a regular o desenvolvimento integrado do município da capital, o PDDI, que se transformou em lei em fins de 1971. A etapa dos grandes degraus, que termina com a instituição do PDDI através da lei n.º 7 688 de 30 de dezembro de 1971, serviu para a definição das grandes linhas mais gerais que deveriam conduzir e servir como parâmetros para a evolução da cidade.

O PDDI colocou para si três objetivos bastante claros: (1) criar e manter ambiente urbano favorável ao exercício por toda a população das funções urbanas de habitar, de circular, de trabalhar e de cultivar o corpo e o espírito; (2) ampliar as oportunidades de desenvolvimento social; e (3) instituir em caráter permanente, dinâmico e flexível o sistema municipal de planejamento integrado.

Tome-se agora, por exemplo, a questão da ocupação e do uso do solo urbano. É evidente que ela tem um caráter fundamental para quem pretende "criar e manter ambiente urbano favorável" à existência e atividades das pessoas que vivem nas cidades. Por isso mesmo, o PDDI fala em "destinação, nas localizações mais adequadas a cada caso, dos terrenos necessários às diferentes categorias de uso urbano" e, mais adiante, quando estabelece as diretrizes básicas para o atendimento dos seus objetivos, enumera uma série de regras sobre as densidades demográficas, os coeficientes de aproveitamento dos terrenos, concentração das atividades, etc.

Mas o PDDI, como qualquer plano, deve ser aplicado sobre uma realidade, um conjunto de circunstâncias que existe concretamente. E a realidade do PDDI era o município de São Paulo, onde o relacionamento dos usos provocado pela ocupação espontânea do solo já se havia complicado ao exagero.

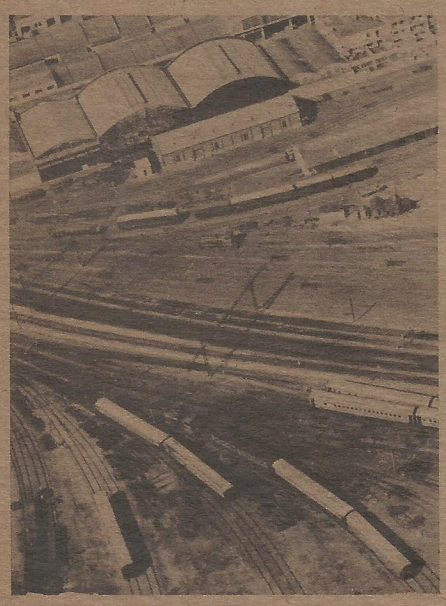
Eis aí a principal tarefa do sistema de planejamento municipal integrado, cuja criação foi um dos objetivos do PDDI: aplicar a orientação contida no plano sobre o mapa da cidade, aprofundar, detalhar, aproximar enfim o planejamento da realidade que deve sentir os seus efeitos.

Criada a Coordenadoria Geral de Planejamento, Cogep, órgão nuclear central do sistema municipal de planejamento previsto no PDDI, no início de 1972, esta encarregou-se do que poderia ser chamado a etapa dos pequenos degraus. Cabia-lhe a incumbência de levar a teoria à prática, de aperfeiçoar o conhecimento das realidades vigentes na área municipal e tornar específica a orientação genérica do PDDI.

Nesse sentido foram encaminhados os estudos do sistema viário da capital. Era realmente preciso responder a grandes questões. Que ruas existem na cidade e que papel elas cumprem no permanente processo de circulação das pessoas, dos veículos, das cargas, etc.? Que ruas novas devem ser abertas e com a intenção de exercerem que papel?

Da resposta a essas perguntas surgiu o sistema viário básico, ou seja, a conjugação do sistema de vias expressas com o de vias arteriais e o de vias principais.

Uma cidade, contudo, não é apenas um conjunto de ruas. Cabia ao núcleo de planejamento da Prefeitura dar início a uma série de outros trabalhos igualmente fundamentais, como a definição do sistema global de córregos, do sistema de áreas verdes, do sistema educacional, do sistema habitacional. É importante notar que, através da articulação do sistema viário com o sistema global de córregos, está se permitindo pela primeira vez na história de São Paulo a compatibilização do programa viário com o de saneamento. Até há algum tempo atrás a retificação de um córrego habitualmente gerava a construção de uma grande avenida. Era extremamente tentador para o administrador municipal aproveitar a oportunidade criada pela retificação e a existência de uma faixa de terra urbana desocupada para as obras de um via expressa ou arterial. Hoje, no entanto, a orientação é diversa e a segurança no momento da decisão é muito maior. Não se vai obviamente desprezar as oportunidades concretamente criadas, mas sim aproveitá-las de acordo com as necessidades e conveniências do sistema viário. As novas ruas passam a ser construídas em conformidade com o plano — em função de seu papel no sistema — e não mais em função da faixa de terra disponível.



Cogep

Participando decisivamente na elaboração do orçamento municipal, o órgão de planejamento torna efetivas as decisões urbanísticas da administração de São Paulo

Lei de Zoneamento: a regulamentação do Uso do Solo

Do trabalho de detalhamento, de especificação das diretrizes fixadas pelo PDDI originou-se, em novembro de 1972, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, mais conhecida como Lei de Zoneamento da cidade. O mapa de São Paulo foi dividido em áreas, para as quais foram estabelecidos coeficientes diferenciados de aproveitamento do solo. O tipo, a qualidade e o destino da ocupação dessas zonas foi regulamentado de acordo com as suas próprias tendências anteriores, apuradas através de um minucioso levantamento.

O planejamento de uma cidade é, por sua índole, uma atividade constante e dinâmica; e isso se deve ao próprio caráter dinâmico do aglomerado urbano.

O planejamento urbano é, por assim dizer, um constante refazer-se. A Lei de Zoneamento foi avaliada, alterada e complementada já no ano seguinte ao da sua promulgação. De maneira especial, o zoneamento separou algumas áreas críticas da cidade e designou-as como zonas especiais, as Z8, cujo tipo de ocupação e uso ainda deveria permanecer indefinido até que um minucioso estudo fosse realizado.

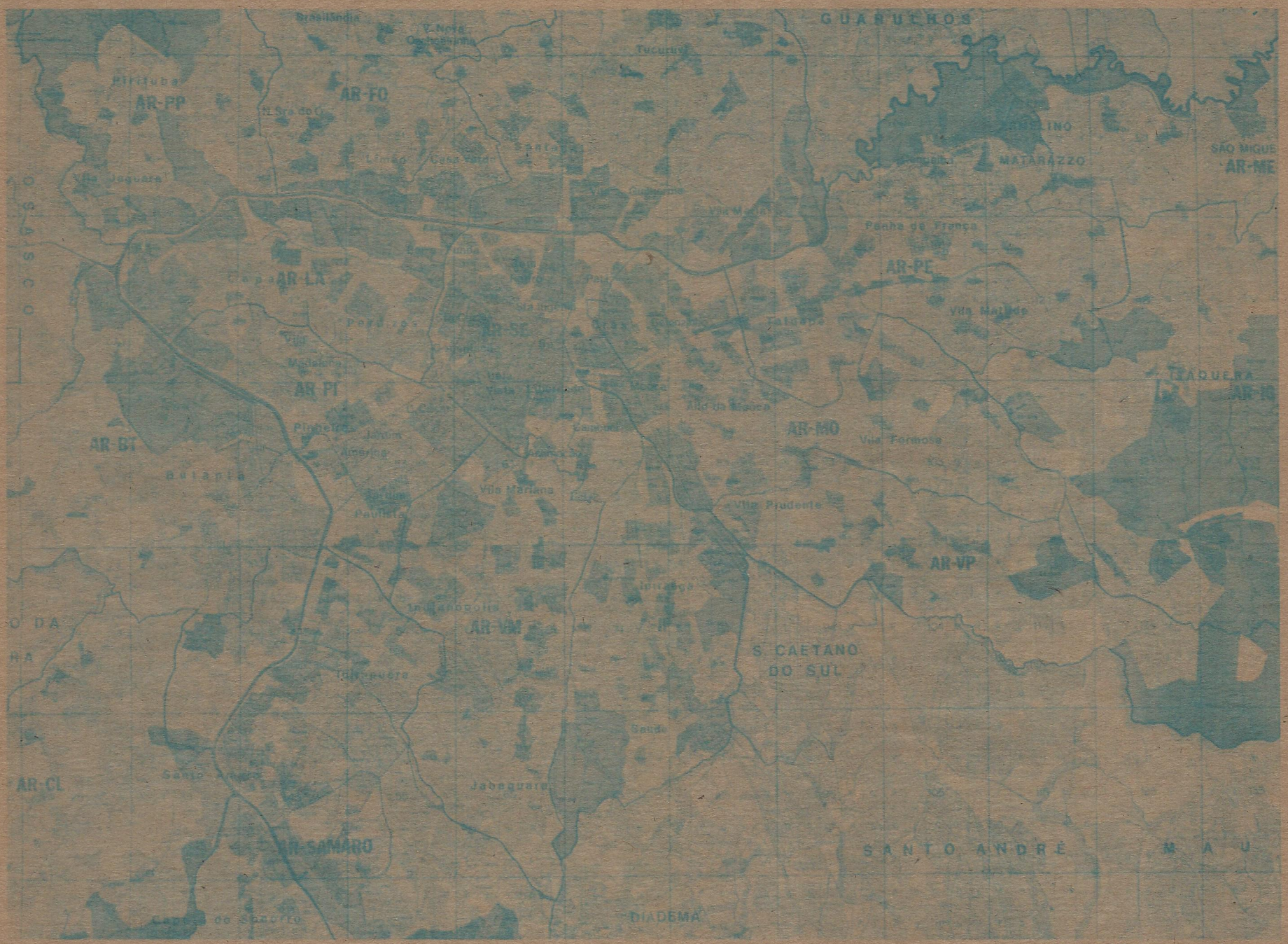
Na verdade, mais do que a busca de decisões imutáveis, o importante para um órgão de planejamento municipal é que ele tenha, do ponto de vista político, a possibilidade de atuar em favor do interesse geral, acima dos interesses privados, sem, todavia, impedir que os interesses particulares, quando legítimos, se manifestem e provoquem efeitos. Do ponto de vista administrativo e prático, é necessário que existam as entidades e as pessoas exigidas para a execução das tarefas de planejamento e que existam também os instrumentos efetivos de atuação. No momento, em São Paulo, esses instrumentos são constituídos pela legislação de uso do solo e pelo orçamento municipal, em cuja elaboração a Cogep tem decisiva participação.

Quando a Lei de Zoneamento qualificou as Z8 como zonas especiais, evidentemente não pretendia que o alto grau de indefinição da regulamentação dessas áreas persistisse por muito tempo. E a necessidade de diminuir essa indefinição num prazo relativamente curto — o prazo finalmente ligado em um ano, a esgotar-se no fim de dezembro próximo — apresentou ao núcleo de planejamento do município a sua próxima incumbência, o novo degrau a ser imediatamente vencido: o estudo das Z8. Essa etapa, ainda em curso, do planejamento de São Paulo, merece ser mais atentamente apreciada não somente pela sua relevância como também pelo seu interesse como experiência. Uma experiência destinada a produzir efeitos bastante sérios no plano do conhecimento e do encaminhamento do futuro da cidade.

De fato, as Z8 constituem um conjunto de áreas onde as decisões e a intervenção direta do poder público serão absolutamente essenciais para promover o desenvolvimento harmônico da cidade. Trata-se de um conjunto extremamente heterogêneo, composto por várias áreas espalhadas como manchas sobre o mapa do município — que têm em comum apenas o fato de que para elas não poderia valer a metodologia de detectar as tendências para fixar o re-

Cogep

A Lei de Zoneamento foi a fórmula encontrada para conter e controlar a evolução espontânea de certas áreas e bairros da cidade



gularmento. E foi exatamente isso que levou o planejador a deixá-las no limbo da indefinição.

Pode-se dizer que o zoneamento foi a fórmula encontrada para conter e posteriormente controlar a evolução de certas partes da cidade dentro das tendências que elas vinham apresentando naturalmente. A definição das Z8, porém, será um elemento dinâmico nesse conjunto; servirá para induzir a evolução da cidade no rumo indicado pelos seus planos globais.

Há basicamente dois tipos dessas zonas: as áreas vazias, ou praticamente vazias (que portanto ainda não revelaram qualquer tendência), e as áreas em reconversão (cujas tendências não cabe levar em conta já que estão mudando ou em vias de mudar de forma essencial).

As áreas vazias numa cidade que tanto carece de espaços, como São Paulo, têm evidentemente uma imensa importância para a orientação do futuro. É esse estoque de áreas que permitirá ao Poder Público realizar obras de porte verdadeiramente metropolitano, projetos urbanísticos capazes de induzir um novo modelo de urbanização, como é o caso da Z8 que se situa no extremo nordeste do município, uma imensa reserva de terrenos conservados até hoje desocupados em virtude dos meandros e das enchentes do rio Tietê, e onde se pretende executar um grandioso conjunto de obras conhecido como Projeto de Reurbanização da Várzea do Tietê ou, simplesmente, Projeto Leste.

Algumas outras regiões vagas da cidade estão merecendo um estudo particularizado, em vista das funções que exercem ou virão fatalmente a exercer no futuro, devendo, por isso mesmo, receber um tratamento especial. Isso acontece com toda a área próxima aos grandes mananciais, as represas Billings e Guarapiranga, das quais depende e dependerá o abastecimento de água da capital. Hoje, em face dos graves problemas de poluição ambiental e esgotamento de recursos naturais que rondam a humanidade, parece absolutamente indiscutível a importância da preservação dos mananciais, de forma que estejam sempre em condições de servir à mais nobre finalidade que lhes está reservada.

Mas a reserva de áreas para grandes projetos urbanísticos e o estabelecimento de restrições de finalidades conservacionistas para áreas estratégicas não é tudo o que a cidade deve esperar dos planejadores que estudam o destino das Z8 vagas ou escassamente ocupadas. São Paulo é uma cidade atualmente num processo de desenvolvimento que exige novas áreas industriais, e existe a conveniência de que algumas Z8 sejam cuidadosamente estudadas tendo em vista esse tipo de uso.

Essa foi a preocupação da Cogep em relação a todas as Z8 vagas que não se enquadravam no caso excepcional de estarem próximas aos mananciais ou de servirem para projetos de renovação urbana: em relação a elas, os técnicos adotaram o **approach** de diagnosticá-las inicialmente visando a uma finalidade industrial, como metodologia de trabalho.

Havia fortes razões para essa atitude. Em primeiro lugar estava o fato inegável de que a cidade, de histórica vocação industrial, já não oferece as melhores condições para o desenvolvimento das fábricas, grande parte delas obrigada a conviver nas mesmas áreas com outras atividades urbanas. Embora as indústrias tenham freqüentemente buscado zonas desocupadas para se instalarem, a verdade é que para onde elas iam seguiam logo depois pessoas que, nas proximidades, instalavam suas residências. Isso aconteceu no Brás, na Moóca, no Belém, no Ipiranga e em tantos outros bairros de São Paulo.

Atualmente, a situação de fábricas e de residências em alguns lugares da cidade é igualmente difícil para ambos os lados. Para os moradores há problemas originados pelo ruído ou pelas chaminés das indústrias; para as empresas há as reclamações dos vizinhos, o alto custo da terra que dificulta a expansão e estimula a transferência, as limitações legais de proteção do ambiente e do zoneamento. Tudo enfim tornava evidente a conveniência de serem criadas zonas estritamente industriais, pela Lei de Zoneamento — as Z7 — mais ainda não delimitadas e de outras de uso predominantemente industrial — as Z6.

A "Matriz de Processos Industriais" permite avaliar os efeitos urbanos que os variados tipos de fábricas podem provocar na vida da cidade

Indústrias: a classificação por categorias

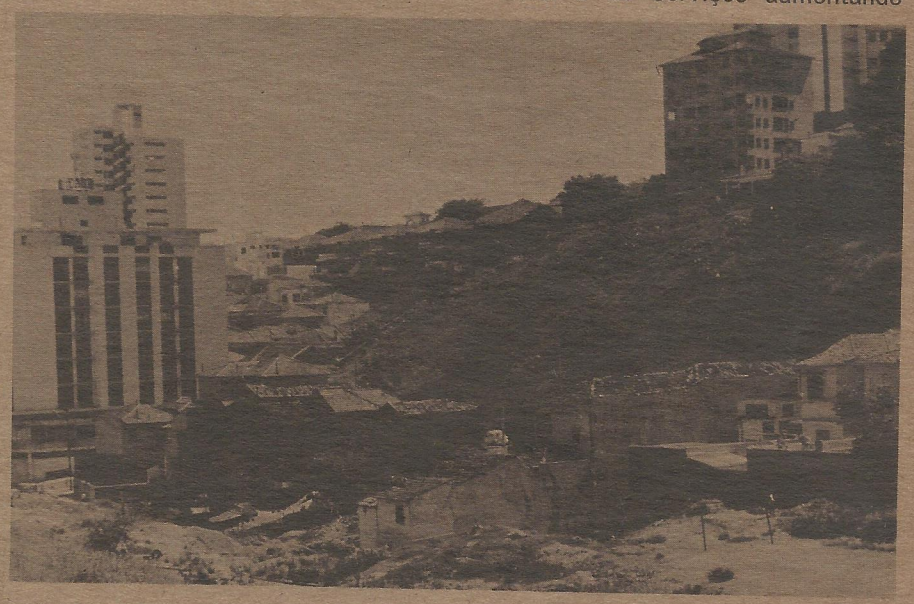
Esse trabalho, de grande relevância para o planejamento da cidade, está sendo desenvolvido tendo em vista tanto os tipos de indústrias, quanto os locais onde elas deverão funcionar. As indústrias foram classificadas nas três categorias mencionadas pela Lei do Zoneamento: as I1, indústrias não incômodas; as I2, indústrias diversificadas que podem funcionar sob controle; as I3, indústrias especiais cujo funcionamento pode causar prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar do público ou à integridade da flora e fauna regional. Para enquadrar os estabelecimentos industriais nessas categorias a Prefeitura optou por um critério que levou em conta não o produto fabricado, mas sim os processos usados para fabricá-lo. E com fito de por em prática essa conceituação inovadora do problema, adotada no decreto de regulamentação das zonas industriais assinado pelo prefeito Miguel Colasuonno, foi elaborada uma **matriz** de processos industriais e respectivos impactos sobre a cidade, a qual permite uma avaliação objetiva dos efeitos urbanos dos estabelecimentos industriais.

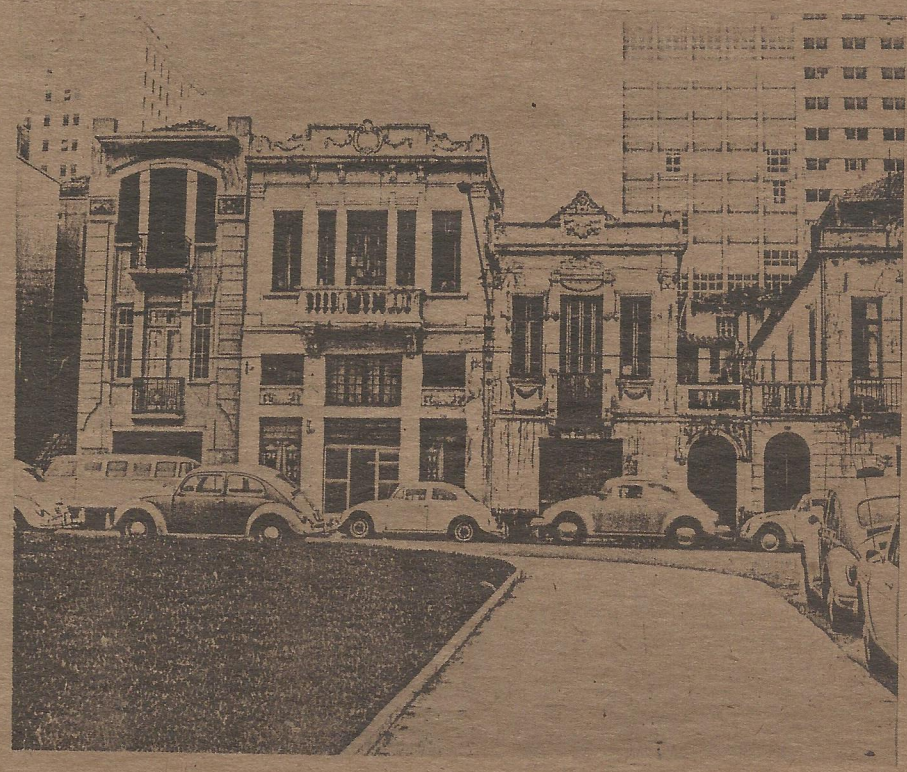
Do ponto de vista de localização, o estudo iniciou-se com duas pesquisas fundamentais. Uma procurando apurar através do CDI, do BNDE, do Badesp, órgãos ligados ao incentivo e financiamento de atividades industriais, qual era a demanda para instalação de indústrias em São Paulo. Outra, no sentido contrário, procurando levantar que estoque de áreas estava sendo oferecido para satisfazer a essa demanda e se as áreas vagas que existem nas Z6, já estabelecidas, seriam suficientes para isso. Havia, além disso, o problema de encontrar locais adequados à efetiva criação de zonas estritamente industriais, Z7, já que as indústrias classificadas como I3 só poderiam funcionar aí e essas áreas não estavam ainda demarcadas. Os técnicos debruçaram-se então sobre as Z8 disponíveis para averiguar quais delas tinham condições de se tornarem Z7 e Z6 de acordo com a sua localização, declividade, geologia, vegetação, parcelamento do solo, infra-estrutura, etc. Esse trabalho, que está prestes a ser concluído, servirá não apenas para determinar as zonas que podem receber instalações industriais como também fornecerá informações extremamente valiosas para a avaliação das possibilidades dessas áreas em relação a outros usos.

No que se refere a zonas especiais em fase de reconversão, os problemas de planejamento são bem outros. A mudança que ocorre, ou está a ponto de ocorrer nessas áreas, deve-se essencialmente ou a um processo de deterioração, como acontece com a Bela Vista e a Luz, por exemplo, e/ou ao impacto provocado por obras públicas, de tipo do metrô, como acontece em Santana e Jabaquara.

Como essas zonas já estão razoavelmente ocupadas, é preciso que recebam um tratamento diferenciado, minuciosamente adequado a cada uma delas.

O caso da Bela Vista é bastante expressivo nesse sentido. Situada entre o centro tradicional da cidade e o espigão da avenida Paulista, novo centro que passou recentemente por uma radical transformação do seu uso, antes residencial, para o uso comercial e de serviços aumentando





Cogep

O bairro da Bela Vista e a rua 25 de Março são bons exemplos de zonas em fase de reconversão que requerem uma intervenção peculiar e meticulosa

enormemente a sua densidade de ocupação e incentivando um prodigioso incremento das construções verticais, o tradicional bairro da Bela Vista apresenta condições urbanísticas extremamente particulares. Dada esta situação estratégica, a problemática de sua vocação e de que atividades deverão ser abrigadas nas áreas ainda não urbanizadas apresenta-se bastante discutível, sendo que o equacionamento de soluções deverá ser baseado dentro do desempenho previsto da área no conjunto da trama urbana. Esse bairro, que em virtude das suas particularidades, já vinha merecendo a atenção de arquitetos e urbanistas, recebeu por parte dos encarregados do planejamento urbano de São Paulo, um tratamento cuidadosamente especial. Primeiro, era necessário conhecer a sua realidade. Isso foi satisfatoriamente alcançado por meio de uma série de pesquisas: (1) pesquisa do uso do solo — feita em toda a área através da observação externa de todas as edificações para apurar as suas características padrões; (2) pesquisa da importância das atividades — feita por entrevistas com os responsáveis pelos hotéis, pensões, cantinas, casas noturnas, escolas de samba, teatros, que são atividades características da área, ouvindo-se também seus usuários; (3) pesquisa sócio-econômica — feita por amostragem para levantar o nível de renda dos moradores, número de habitantes por domicílio, hábitos de compra, de lazer, situação das habitações sub-normais (corticos) existentes na área; (4) pesquisa junto a empresários imobiliários, comerciais e hoteleiros — para captar o pensamento do empresariado sobre as perspectivas da área.

Além das pesquisas, foi realizado um levantamento da situação da infra-estrutura (água, esgotos, luz, telefones) e do sistema de tráfego e circulação na área.

Essa imensa gama de informações está servindo para ajudar a Cogep a elaborar e propor uma regulamentação capaz de atingir as melhores diretrizes de desenvolvimento para a Bela Vista, tendo em mente o papel dessa área no conjunto da cidade. Os objetivos, numa linha de intenções, poderiam ser resumidos em três: (1) induzir a valorização das atividades que caracterizam e fazem o pitoresco da região; (2) preservar conjuntos de edificações de valor arquitetônico e histórico e, (3) identificar áreas onde seja desejável desenvolver projetos de reurbanização. Não só a Bela Vista, porém, está sendo objeto deste tipo de análise específica pelo setor de planejamento da Prefeitura de São Paulo. Outras zonas em fase de transformação estão sendo igualmente estudadas. O bairro da Luz, por exemplo, onde um processo de deterioração e/ou de inadequação de usos e ocupação desencadeou-se entre outras razões em virtude da implantação do metrô e do deslocamento para fora dessa área de centros de atividades como a Escola Politécnica, a Faculdade de Odontologia e o presídio da avenida Tiradentes.

As regiões contíguas à área onde deverá ser implantado o Projeto Leste, em vista do impacto que sofrerão com o advento da grande obra, também estão exigindo uma atenção especial. Ao mesmo tempo que o Projeto Leste principia a ser executado os responsáveis pelo planejamento municipal voltam-se para as áreas onde ele repercutirá, sejam elas próximas, como as vizinhanças de Cangaíba e da Penha, sejam distantes, como o Pari, cujos prédios utilizados por empresas de transporte rodoviário e ruas usadas como pátio de estacionamento e carga e descarga dos caminhões serão esvaziados depois da instalação do projetado terminal rodoviário de carga. A rua 25 de Março, de onde deverá ser retirado a médio prazo o comércio atacadista, o que torna conveniente dar ao comércio a varejo condições para que venha a ocupar os lugares vagos. O programa para a 25 de Março parece ser realizável através de um projeto de habitação urbano, criativo e de grandes investimentos que, sem ter a profundidade de uma reurbanização, pode levar a objetivos semelhantes. O Ibirapuera, tão logo esteja concluído o Centro Administrativo Municipal, será esvaziado das suas atuais funções administrativas e deverá estar preparado para exercer o papel cultural e recreativo que dele a cidade espera.

COGEP

Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo

A Cogep — Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura do Município de São Paulo foi criada pela Lei n.º 7.694, que estabeleceu suas finalidades e estrutura organizacional, composta essencialmente do coordenador e duas diretorias (de Planejamento e de Implantação). A Cogep sucedeu ao GEP — Grupo Executivo de Planejamento, montado para acompanhar a elaboração do PUB — Plano Urbanístico Básico.

Foram secretários do GEP, sucessivamente, o Eng.º Luiz Gomes Cardim Sangirardi e o Arq. Benjamin Adiron Ribeiro.

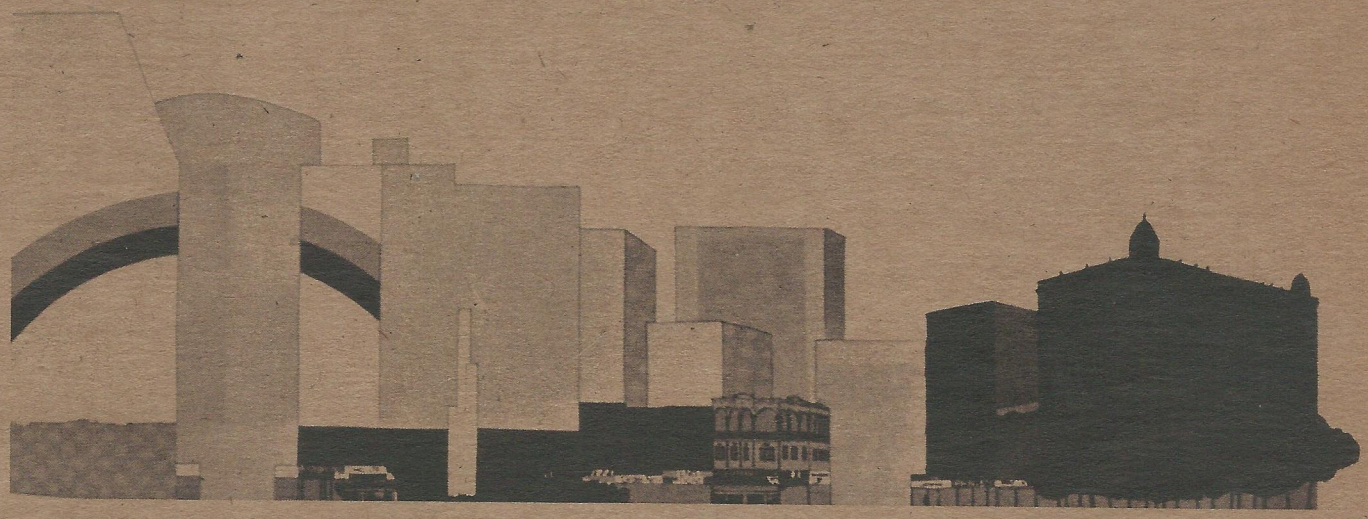
O primeiro coordenador-geral de Planejamento foi o arquiteto Roberto de Cerqueira César auxiliado pelos arquitetos Benjamin Adiron Ribeiro e Flávio Formícola, respectivamente diretor de Planejamento e diretor de Implantação.

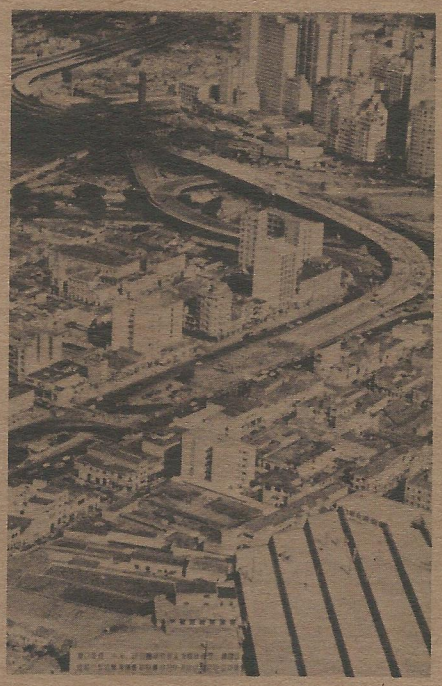
Sucedeu-o o arq. Benjamin Adiron Ribeiro, assumindo a Diretoria de Planejamento, o arquiteto Witoldi Zimitrowcz, e permanecendo na Diretoria de Implantação o arq. Flávio Formícola.

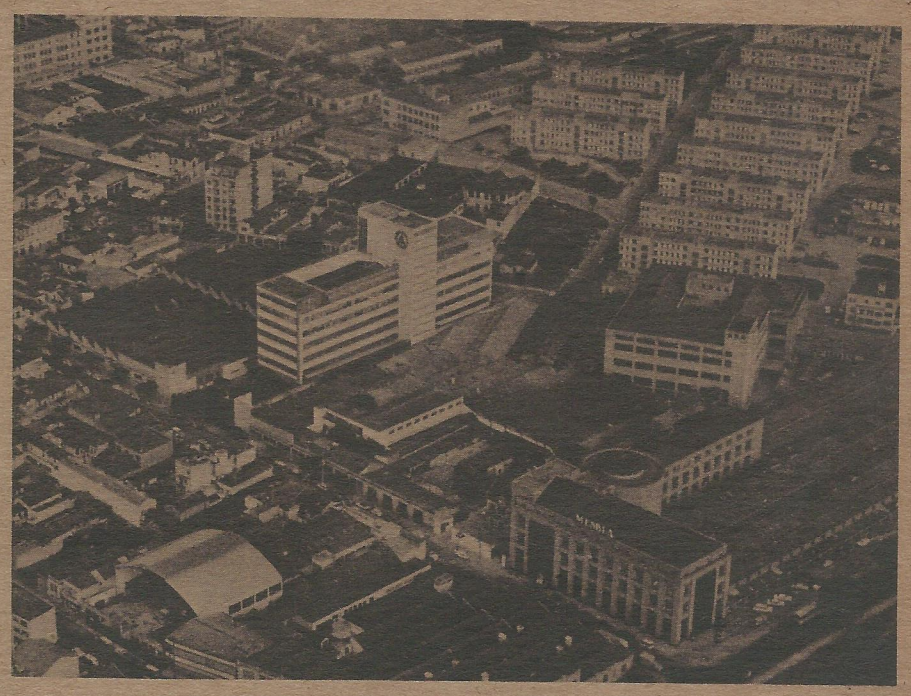
Atualmente, o coordenador-geral de Planejamento, eng.º João Evangelista Rodrigues Leão, instituiu o sistema de administração por objetivos, definindo cerca de noventa "projetos-meta" da atuação da Cogep para esta administração municipal, distribuídos por Gerência de Projetos. São gerentes de projetos os seguintes profissionais:

- Eng.º Victor Chinaglia
- Arq. Domingos Theodoro de Azevedo Neto
- Arq. Flávio Formícola
- Econ. Antonio Luiz Calderado Teixeira (que sucedeu a Egas Moniz Nunez)
- Estatístico Gerson Edson Ferreira Filho
- Eng.º Nelson da Cunha Jordão
- Eng.º Plínio Xavier de Mendonça

Os frutos do planejamento urbano em São Paulo







Como se pode perceber de tudo o que está sendo feito, a cidade de São Paulo vive hoje um momento intenso e, ao que tudo indica, frutífero de seu planejamento urbano. Esse processo de controle sobre a ocupação e uso do solo onde os paulistanos ergueram sua grande metrópole está também gerando uma série de outras medidas específicas. As legislações especiais para hospitais, hotéis de turismo (já prontos) e escolas (em elaboração) têm o objetivo de criar regras particulares para situações muito particulares em que a densidade não pode ser considerada da mesma forma que em outros casos. Assim também é quanto aos conjuntos habitacionais, comerciais, industriais e mistos, e quanto às unidades territoriais integradas — onde se exercem todas essas atividades de maneira compatível — já que devem ser tratados de forma excepcional. A região central da cidade está a reclamar providências que evitem uma deterioração capaz de torná-la uma área problema e constituirá a próxima prioridade da Cogep.

Além disso não são poucos os que esperam do Poder Público uma ação visando controlar a poluição sonora (a Lei de Ruídos Urbanos já em vigor) e a poluição visual (a Lei de Comunicação Visual ao Ar Livre em elaboração). Todas essas questões interessam a quem pretende conduzir com eficiência e segurança o planejamento da cidade.

Embora as tarefas a serem executadas ainda se mostrem intrincadas, hoje parece mais fácil confiar na obtenção de bons resultados do que há tempos atrás. Os instrumentos colocados à disposição dos planejadores mostram-se operativos e tendem a ser aperfeiçoados, cada vez mais. Um exemplo de maior operatividade foi dado recentemente pelo prefeito Miguel Colasuonno quando comentou que o atestado da Cogep atualmente exigido pelo CDI para os projetos industriais a ele submetidos "está para a Lei de Uso do Solo assim como o cartãozinho do CIC está para o Imposto de Renda". São instrumentos como esse certificado que dão aos planejadores meios de interferir realmente sobre uma situação concreta, conduzindo a aplicação do que foi planejado. Sem ferramentas desse tipo parece muito difícil tirar os planos das gavetas onde eles muitas vezes encontram um triste e inócuo fim.

O Brasil, hoje um país em que a maioria dos seus habitantes vive em cidades, está naturalmente preocupado com os problemas das suas regiões metropolitanas e só poderá enfrentá-los de forma planejada e conjugada. Isso evidentemente faz crescer ainda mais a relevância do que venha a ocorrer nesse terreno na maior cidade do país, centro natural da sua mais importante região metropolitana. É necessário que o desenvolvimento da Capital do Estado de São Paulo ganhe as características de um processo harmônico, perfeitamente sintonizado com as diretrizes da Comissão Nacional de Política Urbana, para que se possa realizar em harmoniosa articulação com a evolução dos demais municípios da Grande São Paulo. Eis aí talvez o único caminho para que se consiga finalmente distribuir sobre um pedaço de terra escolhido um imenso conjunto de cidadãos que, no fundo, não devem alimentar a intenção de prejudicar-se uns aos outros.